

Descrição de Peças Desenhadas do Fundo do Gabinete da Área de Sines

Sara Isabel Pássaro dos Santos

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação - Arquivística**

Outubro 2012

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística, realizado sob:

Orientação científica de:

Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-orientação de:

Dr.ª Alexandra Lourenço

Orientação local de:

Dr.ª Cláudia Salveano

À memória dos meus avós...

AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras do relatório de estágio, Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e Dr.^a Alexandra Lourenço, pelas sábias sugestões, pelos ensinamentos, pela paciência, pelo interesse e apoio na concretização deste trabalho.

À Dr.^a Cláudia Salveano – orientadora local do estágio no Arquivo Distrital de Setúbal – e à Dr.^a Glória Santos – Directora do Arquivo Distrital de Setúbal – pelo acompanhamento durante o processo de estágio, pelas sugestões e ideias, pelas discussões sobre arquivística e pelo conhecimento transmitido sobre o funcionamento de um arquivo público.

Aos meus professores, Dr. João Vieira, pelos esclarecimentos preciosos sobre interpretação e descrição de peças desenhadas, e Dr.^a Inês Correia, pelas sugestões relativamente aos suportes dos documentos.

Ao Professor Doutor Giovanni Michetti, pela disponibilidade em esclarecer questões relacionadas com descrição arquivística.

A todos os colegas da turma de 2010, do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, pela saudável troca de informação e amizade.

À minha Mãe e Tó, pelo apoio incondicional na minha formação académica ao longo dos anos.

À Cristina, pela paciência ilimitada, incentivo e apoio.

DESCRIÇÃO DE PEÇAS DESENHADAS DO FUNDO DO GABINETE DA ÁREA DE SINES

Sara Isabel Pássaro dos Santos

RESUMO

O presente relatório de estágio descreve e analisa actividades decorridas no Arquivo Distrital de Setúbal, relativamente à descrição e reacondicionamento de peças desenhadas, pertencentes ao fundo documental do Gabinete da Área de Sines.

O âmbito de aplicação das regras de descrição normalizada, cuja referência foram as Orientações para a Descrição Arquivística (2ª versão), e a pesquisa de conhecimento sobre a peculiar e rica tipologia documental em questão, consistiram nos principais desafios que propomos expor e problematizar.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitectura; Arquivística; Arquivo Distrital de Setúbal; Arquivos; Cartografia; Descrição arquivística; Desenho técnico; Gabinete da Área de Sines; Património industrial; Peças desenhadas.

ABSTRACT

This internship report describes and analyzes the activities performed at the public institution *Arquivo Distrital de Setúbal*, regarding the archival description and storage of maps and architectural drawings, belonging to the fonds of *Gabinete da Área de Sines*.

The scope and rules of standardized description, which the main used reference was the *Orientações para a Descrição Arquivística* (2nd version), and the research on knowledge about this rich and peculiar typology of documents, consisted in the main challenging disclosed and discussed topics.

KEYWORDS: Architectural drawings; Architecture; Archival description; Archival science; Archives; Archivistics; Arquivo Distrital de Setúbal; Cartography; Gabinete da Área de Sines; Industrial heritage; Maps; Technical drawings.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – Enquadramento e objectivos do estágio no Arquivo Distrital de Setúbal	10
I.1 – Plano de estágio e materiais produzidos	10
I.1.1 – Actividade de descrição.....	10
I.1.2 – Reacondicionamento	10
I.1.3 – Cronograma de actividades.....	10
I.2 – Arquivo Distrital de Setúbal: caracterização da instituição de acolhimento.....	11
I.3 – Gabinete da Área de Sines: breve história.....	12
I.3.1 – Estrutura orgânica	15
I.3.2 – Organização da documentação descrita	16
I.4 – Metodologia da instituição	17
CAPÍTULO II – Descrição de peças desenhadas: em torno de um enquadramento tipológico, teórico e metodológico	19
II.1 – Normalização da descrição	21
II.1.1 – ISAD(G)	21
II.1.2 – ODA (2ª versão).....	24
II.1.3 – ISBD(CM)	26
II.2 – O tratamento intelectual de peças desenhadas em contexto de arquivo	27
II.2.1 – Caracterização e identificação do objecto de estudo	27
II.2.1.1 – Material cartográfico	28
II.2.1.2 – Desenhos de arquitectura	30
II.2.1.3 – Desenhos de engenharia e electrotecnia	31
II.2.1.4 – Gráficos.....	32
II.2.2 – Fases de um projecto	32

II.2.3 – Valor informativo	33
II.2.4 – Convergências e divergências no tratamento documental em Bibliotecas e Arquivos aplicado à descrição de peças desenhadas	35
II.2.5 – Descrição de peças desenhadas em contexto de Arquivo	38
II.3 – O tratamento físico de peças desenhadas.....	45
II.3.1 – Conservação preventiva	45
II.3.2 – Acondicionamento	47
CAPÍTULO III – Análise dos resultados das descrições produzidas no âmbito do estágio no Arquivo Distrital de Setúbal.....	50
III.1 – Ferramenta informática para registo das descrições: DigitArq	51
III.1.1 – Utilização do software e primeiros desafios	52
III.2 – Peças desenhadas: questões de organização	55
III.2.1 – Níveis de descrição	57
III.3 – Títulos.....	61
III.4 – Identificação do suporte	62
III.5 – Outros elementos de informação	63
III.5.1 – Autorias	63
III.5.2 – Tipologia documental.....	64
III.5.3 – Números de desenho	65
III.5.4 – Assinaturas	65
III.6. – Em suma, sobre o acesso à informação.....	65
CONCLUSÃO.....	67
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	68
APÊNDICE – Registos de Descrição.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition

ADSTB – Arquivo Distrital de Setúbal

CEI – Comissão Electrotécnica Internacional

DGARQ – Direcção-Geral de Arquivos

DGLAB – Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

EAD – Encoded Archival Description

GAS – Gabinete da Área de Sines

ICA – International Council of Archives

ISAAR(CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families

ISAD(G) – General International Standard Archival Description

ISBD – International Standard Bibliographic Description

ISBD(CM) – International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials

OAI-PMH – Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Harvesting

ODA – Orientações para a Descrição Arquivística

PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central

SIG – Sistema de Informação Geográfica

INTRODUÇÃO

O relatório que aqui apresentamos constitui o trabalho final concretizado no âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, a decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Frequentámos a área de especialização em Arquivística, pelo que a documentação tratada foi encarada e entendida sob a perspectiva desta disciplina.

O estágio foi realizado no Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB) e a proposta de tratamento documental, sugerida pela Direcção do Arquivo, relacionou-se com descrição de documentos com uma tipologia muito específica - peças desenhadas - enquadrados num fundo documental, ainda não tratado arquivisticamente, cuja entidade produtora é o Gabinete da Área de Sines (GAS). Essa condição de temporária ausência de tratamento deste fundo documental, a nível intelectual, não nos deteve, pois a riqueza e complexidade da documentação, assim como a tipologia documental que nos propusemos estudar e tratar, proporcionaram um desafio entusiasmante.

Reconhecemos antecipadamente, e ainda melhor posteriormente ao estágio, os riscos que poderiam advir ao pretender descrever peças desenhadas sem ter sido dado o tratamento arquivístico prévio por parte da instituição de acolhimento. Por outro lado ainda, contabilizámos o grau de inexperiência pessoal no assunto. Apesar de persistir o factor incontornável da classificação da documentação, que ainda estava por realizar, foi preparada pelo ADSTB uma estrutura de trabalho provisória para decompor a orgânica de um organismo estatal demasiadamente complexo e para servir como ponto de partida para estudos posteriores relativamente ao sistema de organização de toda a documentação do GAS.

Quanto ao conjunto documental de peças desenhadas, o sistema original de recuperação de informação manteve-se desconhecido mas a documentação foi fornecendo algumas pistas. Ao encontrarmo-nos a realizar uma abordagem descritiva numa perspectiva *bottom-up* muitas destas questões nucleares foram pensadas em simultâneo ou posteriormente à actividade de descrição. Esta, por si só, apresentou desafios suficientes para preencher as horas de estágio que compuseram o programa de estudos para a componente não lectiva do Mestrado.

Ao lidar com peças desenhadas devemos atender a que existem vários momentos e vários contextos da sua produção. Considerando a natureza da documentação, procurámos ter o cuidado adicional em criar alguma familiaridade com as disciplinas técnicas que lhe deram corpo. Geografia, cartografia, arquitectura, engenharia, são algumas das disciplinas-especialidade projectadas nestes desenhos. A terminologia própria de cada uma foi um dos primeiros obstáculos que encontramos. Ressalvamos que a familiaridade com a terminologia própria das disciplinas técnicas não significou que pretendêssemos criar registos de descrição para especialistas.

O relatório de estágio foi dividido em três capítulos, correspondendo, em primeiro lugar, aos objectivos e materiais produzidos durante o estágio; em segundo lugar, ao enquadramento teórico e metodológico da descrição em geral e da descrição de peças desenhadas em particular – onde incluímos informações sobre normas de descrição e boas práticas para conservação e acondicionamento de peças - e, em terceiro lugar, à análise e justificação de algumas opções tomadas na criação dos registos de descrição. Esta última análise engloba uma selecção de problemáticas que considerámos nucleares para o desenvolvimento das actividades, culminando em questões propícias a uma maior reflexão.

CAPÍTULO I – Enquadramento e objectivos do estágio no Arquivo Distrital de Setúbal

I.1 – Plano de estágio e materiais produzidos

I.1.1 – Actividade de descrição

O estágio realizado teve a duração de 120 horas. Foram produzidos 84 registos de descrição correspondentes a uma amostra de 83 peças desenhadas e 1 registo ao nível da série. A folha de fundo foi criada pelo ADSTB e encontra-se publicada no *frontoffice* do DigitArq. Consta em apêndice uma selecção dos registos produzidos.

I.1.2 – Reacondicionamento

Todas as peças descritas foram reacondicionadas em tubos de cartão *acid free*. Optou-se pelo reacondicionamento com recurso a tubos por condicionantes de tempo, mantendo-se assim o acondicionamento pré-existente em rolos. Estes, contendo vários desenhos, foram colocados no interior dos tubos, atados com fitas de algodão e protegidos nas margens com *tissue*.

I.1.3 – Cronograma de actividades

Período	Actividades Realizadas
27 de Março a 02 de Abril	Leituras exploratórias: <ul style="list-style-type: none">○ História do GAS;○ Legislação;○ Guia de remessa;○ Normas de descrição arquivística;○ Tratamento documental de peças desenhadas.
03 de Abril a 17 de Maio	Descrição de peças desenhadas do fundo do GAS
18 de Maio a 29 de Maio	Reacondicionamento das peças desenhadas descritas

I.2 – Arquivo Distrital de Setúbal: caracterização da instituição de acolhimento

A instituição de acolhimento para realização do estágio final deve participar na transmissão das competências necessárias para realização de actividades no âmbito da arquivística e que estejam na continuidade da matéria leccionada ao longo da componente lectiva do Mestrado, em articulação com a orientação prestada pelo orientador do relatório de estágio.

O Arquivo Distrital de Setúbal foi a instituição de acolhimento cujas competências foram ao encontro do pretendido para realização do referido estágio. A colecção de peças desenhadas, pertencentes ao fundo documental do GAS, constituiu um ponto de partida para o estudo na área da arquivística dedicada a este universo em particular.

No contexto do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), com finalidade de reestruturar recursos humanos e financeiros surge, pelo Decreto-Lei nº 103/2012 de 16 de Maio¹, a criação da Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), resultante da fusão entre a Direcção Geral dos Arquivos e da Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas. O Arquivo Distrital de Setúbal constitui um dos serviços dependentes da DGLAB.

Arquivo histórico de âmbito regional, outrora dependente da Direcção Geral de Arquivos (DGARQ), cuja natureza, missão e competências foram fixadas pelo Decreto-Lei nº 93/2007, de 29 de Março², e cuja integração do ADSTB consta no Anexo III do mesmo, como unidade orgânica flexível, fixado pela Portaria 394/2007, de 30 de Março³.

A DGLAB tem no conjunto das suas competências nucleares a de “Promover a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental ao exercício da actividade administrativa, de prova ou de informação visando a sua eficiência e eficácia,

¹ *Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de Maio* [Em linha]. [Consultado 27 JUL 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://dgarq.gov.pt/files/2012/05/Decreto-Lei_-1032012_organica-DGLAB.pdf>

² *Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março* [Em linha]. [Consultado 28 NOV 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/09/93_2007.pdf>

³ *Portaria n.º 394/2007, de 30 de Março* [Em linha]. [Consultado 23 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/06400/20332033.PDF>>

nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos”, segundo o disposto no art.º 2, ponto 3, alínea b)⁴.

As competências do ADSTB, bem como de todos os arquivos de âmbito regional dependentes da DGLAB, encontram-se fixadas no Despacho n.º 9339/2012, de 27 de Junho⁵, tenho como missão “promover a salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico do distrito de Setúbal e garantir os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados, a sua utilização como recurso da atividade administrativa e fundamento da memória coletiva e individual”⁶.

O ADSTB localiza-se, actualmente, na freguesia de S. Sebastião (Manteigadas Sul), num edifício construído de raiz, inaugurado no dia 4 de Maio de 2001. A lista de Fundos e Coleções encontra-se disponível em linha, no sítio oficial para consulta⁷.

I.3 – Gabinete da Área de Sines: breve história

Foi no início dos anos 70 do século XX, durante o governo de Marcello Caetano, que foi oficializada, pelo Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de Junho⁸, a criação do GAS. O empreendimento visava a criação de infra-estruturas de base e serviços de apoio que optimizassem custos de fabrico e potenciassesem baixa de preços com objectivo de criar um mercado mais competitivo a nível internacional. A infra-estrutura permitiria a interligação entre unidades industriais de modo a ser criada uma rede de serviços que se complementassem, tendo como objectivo a redução de custos ao nível de recursos alocados a cada núcleo industrial.

Perspectivava-se assim que o desenvolvimento industrial fosse facilitado por uma localização propícia à sua implantação, com a mais-valia de ter sido concebida para esse fim. Os recursos existentes serviriam para alimentar essa indústria e para potenciar a criação de indústrias complementares. Para sustentar os recursos

⁴ *Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de Maio...*

⁵ Despacho n.º 9339/2012 de 27 de Junho [Em linha]. [Consultado 27 JUL 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://dre.pt/pdf2sdip/2012/07/133000000/2438024381.pdf>>

⁶ ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Missão* [Em linha]. [Consultado 19 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://adstb.dgarq.gov.pt/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/>>

⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Fundos e Coleções* [Em linha]. [Consultado 28 NOV 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://adstb.dgarq.gov.pt/files/2010/09/Fundos-e-colecoes.pdf>>

⁸ *Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de Junho* [Em linha]. [Consultado 09 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/1971/06/14300/09120918.PDF>>

humanos necessários ao desenvolvimento do empreendimento cabia a criação de núcleos habitacionais.

Pretendia-se que o local seleccionado tivesse um porto oceânico de águas profundas, de modo a possibilitar a atracagem de navios de grande calado. Essa potencial localização seria vantajosa comparativamente a outros portos internacionais. A zona de Sines foi então seleccionada de entre o levantamento de outras hipóteses como Alcochete, Setúbal ou Sagres⁹. Foi criado o Gabinete da Área de Sines “dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira”¹⁰.

Em anexo ao Decreto-Lei a que nos reportamos¹¹ é representado um mapa figurando a zona de actuação directa do GAS, cujo limite de área encontra-se na vertical 152 da quadrícula cadastral, projectando-se para o litoral até ao Oceano Atlântico. No limite Norte está enquadrado o concelho de Santiago do Cacém e no limite Sul, o Barranco das Fontainhas, e a zona da Ilha do Pessegueiro, que fecha este limite de actuação.

Previu-se a implantação de uma refinaria, de um complexo petroquímico de olefinas e de instalações portuárias, bem como o aproveitamento de recursos naturais oferecidos pela região, como foi o caso das pirites alentejanas.

Considerou-se de carácter urgente a realização de expropriações que permitissem o desencadeamento do projecto. Os terrenos, maioritariamente rurais e pobres, determinaram valores baixos de indemnização. Com objectivo de fazer face ao crescimento populacional esperado no contexto desse género de empreendimentos, foi projectado um centro urbano de raiz – Centro Urbano de Santo André (actual cidade de Vila Nova de Santo André) – onde era previsto albergar 50.000 trabalhadores¹², destinado a servir o porto de Sines. Foram criadas as primeiras infra-estruturas mas a conjuntura económica e política, nacional e internacional, não foi propícia para o desenvolvimento de todas as ideias definidas para o projecto. A guerra

⁹ *Breve História do Complexo Industrial* [Em linha]. [Consultado 09 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.sines.pt/PT/Concelho/Historia/complexo/Paginas/default.aspx>>

¹⁰ *Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de Junho...*, p. 2.

¹¹ *Idem*.

¹² *Cidade de Vila Nova de Santo André* [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.santoandre.pt/>>

de Yom Kippur¹³, em 1973, e a consequente crise petrolífera foram o grande mote para a alteração desta conjuntura.

O III Governo Provisório, pelo Decreto-Lei n.º 93/75 de 28 de Fevereiro¹⁴, deu continuidade ao projecto de Sines, na tentativa de salvaguardar interesses num empreendimento cujas fundações já haviam sido lançadas. Legislou-se sobre o destino de diversas áreas geográficas sob actuação directa do GAS “(...) e até 1980 foram lançadas centenas de empreitadas, (...), sendo as principais referentes às instalações portuárias, transportes e comunicações, habitação e saneamento básico.”¹⁵

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/85 de 10 de Julho apontou para a adopção de medidas de descentralização funcional que fizessem face a problemas de nível económico e estrutural¹⁶. Porém, nem mesmo esta medida conseguiu sustentar o investimento e através de nova Resolução foi determinada a extinção do GAS. O Decreto-Lei n.º 228/89, de 17 de Julho fixou a sua extinção por inviabilidade e por se encontrar “desajustado da realidade nacional”¹⁷.

No respeitante à documentação produzida pelo GAS, pela Portaria n.º 504/2002, de 30 de Abril¹⁸, definiu-se a Direcção-Geral do Tesouro¹⁹ como entidade depositária da documentação deste organismo. No dia 17 de Março de 2008 o acervo documental foi incorporado no Arquivo Distrital de Setúbal.

13 *Breve História do Complexo Industrial...*

14 *Decreto-Lei n.º 93/75 de 28 de Fevereiro* [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dre.pt/pdf1s%5C1975%5C02%5C05001%5C00010003.pdf>>

15 ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL– *Gabinete da Área de Sines*, [Em linha]. [Consultado 09 FEV 2012] Folha de fundo. Disponível em WWW: <URL: <http://digitarq.adstb.dgarq.gov.pt/details?id=1199334>>

16 *Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/85 de 10 de Julho* [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://pt.legislacao.org/primeira-serie/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-o-34-85-sines-desenvolvimento-maior-existent-83352>>

17 *Idem*.

18 *Portaria n.º 504/2002 de 30 de Abril* [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dre.pt/pdf1s%5C2002%5C04%5C100B00%5C41434143.pdf>>

19 Para resolução de situações jurídicas pendentes, dispendo-se o seguinte: "1.º As situações jurídicas remanescentes da liquidação do Gabinete da Área de Sines (GAS) transitam para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro ou da entidade do Estado com competência específica em razão da matéria. 2.º A Direcção-Geral do Tesouro ficará depositária do acervo documental remanescente do GAS. 3.º Com a aprovação da conta final de liquidação, a posição do GAS nas acções judiciais pendentes é assumida pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro (...)." *Idem*.

I.3.1 – Estrutura orgânica

Conseguimos apurar pouca informação relativamente à estrutura orgânica do GAS, devido a limitações em termos de tempo e devido à extensão do fundo documental. Tal impediu também que se efectuasse um estudo aprofundado para registo de alterações à estrutura orgânica e quais as suas implicações no fluxo documental. Do universo destes documentos seleccionámos um Plano de Actividades para 1984²⁰, onde estão discriminados os departamentos e serviços do GAS até essa data:

- Departamento de projecto de saneamento básico
- Departamento de projecto portuário
- Departamento de projecto do centro urbano
- Direcção dos serviços de fiscalização e obras (fiscaliza obras novas provenientes da DU, DL, DAG, DSL, DGA, etc.)
- Direcção dos serviços de promoção e desenvolvimento
- Direcção dos serviços financeiros
- Direcção dos serviços administrativos e de pessoal
- Divisão administrativa
- Divisão de pessoal
- Direcção dos serviços jurídicos
- Divisão do plano director (Despacho CG-38/83 e Despacho DTD-39/83, 5 Setembro) sector cartografia entre outros.
- Divisão de informática e matemática aplicada
- Divisão e controle do ambiente
- Divisão de geotecnia e materiais de construção
- Divisão de gestão do património rural

²⁰ ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Gabinete da Área de Sines*. Planeamento de Actividades. Plano de Actividades para 1984, Cx. 383, 1973-1984.

- Divisão de informação e relações públicas
- Centro de documentação e arquivo (DGDA)

Esta informação é útil para percebermos que divisões, departamentos ou direcções, estiveram envolvidos na produção de peças desenhadas. Não foi possível apurar essa informação para a totalidade da amostra descrita de peças desenhadas, nem foi possível identificar com exactidão qual a responsabilidade pela colecção de peças desenhadas incorporada no ADSTB. Contudo, foi possível determinar que divisão, departamento ou direcção esteve envolvido na produção de algumas peças desenhadas quando as siglas eram discriminadas nos documentos.

I.3.2 – Organização da documentação descrita

Por observação da amostra documental descrita, verificou-se que cada peça desenhada estava numerada sequencialmente pela entidade produtora. Este conjunto documental destacou-se pela qualidade intencional no que respeitou à organização, por consequência dessa mesma numeração. Levantamos a possibilidade deste sistema de organização, na época, ser acompanhado por um sistema de recuperação paralelo (*e.g.* um índice de peças ou projectos), que não nos foi possível localizar.

A presença das peças desenhadas não se esgota neste conjunto documental, constando também noutra realidade - das séries processuais - onde constam os processos referentes aos projectos encomendados pelo GAS. A entidade produtora, por motivos de ordem prática, a nível de desenvolvimento dos trabalhos de execução de obras, manteve intencionalmente a colecção de peças desenhadas que descrevemos.

As séries processuais, de onde constam as peças escritas em conjunto com as desenhadas, obedecem a outra forma de organização da documentação, resultante de outro processo de acumulação criado pela entidade produtora para fazer face às diferentes necessidades decorrentes da sua utilização.

É no contexto da colecção de peças desenhadas, e não no da realidade processual, que a nossa actividade de descrição vai desenvolver-se.

I.4 – Metodologia da instituição

No ADSTB as descrições de documentos são efectuadas, actualmente, segundo as Orientações para a Descrição Arquivística (ODA), 2ª versão. Trata-se de um conjunto de orientações articuladas com as normas internacionais ISAD(G), ISAAR(CPF), entre outras que, mais ou menos directamente, foram mantendo uma relação aberta com as ISAD(G), por exemplo, as ISBD conjuntamente com todas as suas decomposições.

O sistema informático utilizado pelo ADSTB para registar a informação é o DigitArq da Keep Solutions. A relação entre as ODA e o DigitArq não é serena quanto aos constrangimentos habituais das ferramentas de trabalho a nível informático. Algumas adaptações são necessárias, o que nos obriga a criar cenários provisórios, para os registos descritivos dos documentos conviverem de forma menos ruidosa com a arquitectura tecnológica utilizada para os acolher.

Muitas destas questões serão relançadas e desconstruídas posteriormente.

O contacto com documentos de tipologia “peça desenhada”, que não serve de todo para enquadrar esta riquíssima tipologia que se decompõe em todo um conjunto de desenhos provenientes das mais diversas áreas de trabalho dentro do desenho técnico, estabeleceu-se pela recolha aleatória de uma amostra para descrever.

O conjunto documental de peças desenhadas do Gabinete da Área de Sines é constituído por diversos rolos e armários verticais com documentos ainda não tratados arquivisticamente, como havíamos referido. Da amostra constituída por um pequeno número de rolos, começámos a desbravar algum terreno e a decifrar algumas pistas fornecidas pela documentação, que foi a nossa principal fonte de informação, pelo menos a um nível embrionário. A documentação foi incorporada sob a forma de colecção, sem ligação explícita com as peças escritas correspondentes aos respectivos processos (*i.e.* planos, levantamentos, estudos, análises, entre outros).

Tendo sido a documentação a principal fonte de informação para a descrição das peças desenhadas, pelas razões expostas anteriormente, como proceder tendo em conta toda uma variedade de contextos? O da entidade produtora, o das entidades subsidiárias, o das entidades externas que colaboraram com a entidade produtora e o

da entidade detentora da documentação (que vai determinar o tipo de descrição efectuada).

Verificou-se que, de acordo com a orientação da parte do ADSTB, o momento em que a documentação é incorporada no Arquivo, é aquele que constitui a sua ordem original, é o momento que serve de ponto de partida para o tratamento documental. Este posicionamento, da parte da instituição, auxiliou-nos a criar um posicionamento idêntico no que respeita a uma primeira abordagem ao tipo de descrição que julgamos fazer sentido no seu seio.

Porquê optar por um determinado tipo de descrição? A descrição dos documentos tem diversas condicionantes, pelo que expomos algumas:

- A ferramenta informática
- A norma utilizada
- O tipo de instituição
- A política de descrição, (*i.e.* quais são as decisões tomadas na prática da descrição na existência de determinadas variantes)

A ferramenta informática DigitArq apresenta algumas condicionantes na criação de registos de descrição, como por exemplo, colecções. Nem todos os arquivos têm documentação organizada segundo o contexto de produção contínuo; por vezes surgem colecções - aglomerados de documentos do mesmo tipo, ou relativos ao mesmo assunto, ou ambos – dispostos artificialmente para obedecer a determinada utilização. Esta é uma situação comum caso existam fotografias soltas, pertencentes a determinado fundo, peças desenhadas, pertencentes a determinado arquivo de peças, entre outros.

Embora a ideia de colecção não reúna consenso como unidade arquivística, de facto é difícil destacá-la da realidade de alguns documentos de arquivo. Os documentos incorporados num arquivo público, como foi o caso das peças desenhadas do GAS, constituem uma colecção, porque foi já nessa forma que a documentação ingressou no ADSTB. Qualquer que tenha sido a fase de vida desta documentação antes da incorporação, será mantida na configuração com que chega ao arquivo. Este é

um dos factores mais importantes a ter em conta porque vai definir o tratamento intelectual. O conhecimento sobre a organização da documentação e instrumentos para recuperação de informação, por parte da entidade produtora, são sempre uma mais-valia para uma precisa representação dessas relações e também para uma identificação dos diversos momentos de acção documental.

O contexto de arquivo distrital – histórico e público – conduz-nos à existência de um determinado tipo de público com determinadas necessidades em concreto. Não cabe, no âmbito deste relatório, efectuar estudos nesse sentido, mas, de uma forma graciosa, podemos declarar que não estamos perante um arquivo cuja documentação mais requisitada sejam peças desenhadas para os mais diversos fins. Tal não invalida que não existam clientes internos/externos, interessados em estudar a documentação, com mais ou menos profundidades, mas esta documentação deixou de servir uma função prática, de uso frequente, para passar a conter um interesse histórico para alguns investigadores, sejam eles especializados em desenho técnico ou não. Este factor terá alguma expressividade quando procurarmos responder à questão: que informação é importante descrever e que informação é acessória?

A norma utilizada para descrição de documentos – ODA, 2ª versão – é comum a todo o universo da DGLAB. A necessidade de descrever documentos de arquivo segundo esta norma vai determinar o desenvolvimento do trabalho e o seu resultado final.

Por fim, no que respeita a algumas decisões necessárias para a descrição de peças desenhadas, a instituição de acolhimento estabeleceu uma política semi-aberta, tendo em consideração que não haviam sido realizadas descrições de peças desenhadas até à data. Apesar dos factores mencionados anteriormente, foi necessário decidir conjuntamente sobre diversas formas de criar o registo de descrição, nomeadamente o nível de descrição no qual enquadrar o registo das peças.

CAPÍTULO II – Descrição de peças desenhadas: em torno de um enquadramento tipológico, teórico e metodológico

Uma das dificuldades levantadas pelo presente relatório relacionou-se com a contextualização teórica acerca da descrição de peças desenhadas. No que respeita à

descrição arquivística no geral a literatura prolifera e devemos ter o cuidado de não nos perdermos num mar de artigos e monografias. Quanto à descrição de peças desenhadas em particular – porque acreditamos que estamos perante documentos que têm a sua própria especificidade – temos um decréscimo do que podemos considerar referências bibliográficas directas. Estas referências entendemos nós como algo que esteja directamente relacionado com arquivística, descrição, desenhos arquitectónicos e cartográficos. Do conjunto de bibliografia seleccionada encontrámos apenas um manual, da autoria de Ralph E. Ehrenberg, editado em 1982²¹, que foi uma das referências incontornáveis para os profissionais que desenvolviam actividades no tratamento de documentação cartográfica e arquitectónica. Apesar de ter sido editado antes do nascimento da ISAD(G)²² - cujo elemento (G) remete para uma norma sobre descrição de documentação “geral” - foi um dos manuais mais úteis para o desenvolvimento deste trabalho, devido ao seu direccionamento para documentos de arquivo.

O contexto do trabalho que conduziu a este relatório foi de um arquivo não especializado em desenhos cartográficos e arquitectónicos, mas que possui documentação desta espécie, que será tratada intelectualmente segundo as mesmas convenções que outro género de documentação²³. Na inexistência desta distinção ao nível do tratamento intelectual dos documentos, outras medidas podem tomar-se para representar a sua natureza específica. O sistema informático permitiu, na utilização de texto livre, uma introdução de elementos que teriam o seu posicionamento em áreas e campos específicos de normas como a ISBD(CM)²⁴. Por exemplo, o elemento Escala (essencial para a descrição de desenhos), em vez de ter um campo de preenchimento atribuído, com um posicionamento específico em relação a outros campos (no caso da

²¹ Ehrenberg, Ralph E., *Archives & Manuscripts: Maps and Architectural Drawings*, Chicago: Society of American Archivists, 1982, (Basic Manual Series)

²² Foi aprovada pelo ICA em 1994. Ver COMITÉ DE NORMAS DE DESCRIÇÃO – *ISAD(G): Norma Internacional de Descrição Arquivística* [Em linha]. 2ª Ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002 [Consultado 24 SET 2012]. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>>, p. 5.

²³ Ou seja, as ODA v.2 e o DigitArq que, não sendo uma convenção, funciona como uma ao impor algumas regras no preenchimento de registos de descrição.

²⁴ *Idem*. Ver 1.4, p. 9.

ISBD(CM) encontra-se enquadrado na Área Matemática e Técnica), aparecerá em “Âmbito e Conteúdo” segundo as ODA, por uma questão de adaptação da informação.

Em traços gerais, a descrição documental possibilita acesso à documentação de arquivo através de registos de descrição acessíveis aos utilizadores por via de um determinado sistema de informação. Serve para produzir conhecimento sobre a documentação, considerando que as descrições devem ser uma representação do documento, assim como do seu contexto na relação com outros documentos e com as circunstâncias que determinaram a sua produção e utilização. Deve ainda apontar para características específicas da documentação – elementos que a distingam de outros documentos a nível físico e intelectual – e que se encontrem registados com terminologia adequada. Nem todas as descrições que produzimos correspondem a estas características mas em todas procurámos perseguir estes objectivos tanto quanto nos foi possível.

II.1 – Normalização da descrição

II.1.1 – ISAD(G)

A Comissão Ad-Hoc para as Normas de Descrição desenvolveu a ISAD(G): Norma Internacional de Descrição Arquivística, e tornou-se num comité permanente no Congresso Internacional de Arquivos (ICA) em Pequim, 1996²⁵. Em 1994 foi publicada a primeira versão desta norma, que sofreu algumas revisões com colaboração de “comités nacionais, organizações e indivíduos de 25 países”²⁶. A última revisão da norma, publicada no ano 2000, constitui o documento utilizado actualmente.

A norma internacional não pretende uniformizar a descrição arquivística em todos os países. Deve sim ser adaptada e/ou conjugada com normas nacionais respeitando a tradição arquivística de cada país, assim como a tradição terminológica. É assumidamente uma norma constituída por regras gerais para a descrição de documentos e remete, no caso do tratamento de “documentos especiais”²⁷, para

²⁵ *Idem*, p. 7.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Idem*, p. 9.

normas já criadas para esse efeito, como as diversas projecções da ISBD²⁸. Apesar de especialmente destinada a documentos de conservação permanente, a ISAD(G) destina-se também a documentos enquadrados noutras fases da sua gestão: “(...) produção, avaliação, acesso, (...), organização”²⁹.

As regras de descrição previstas pela ISAD(G) são constituídas por vinte e seis elementos que se articulam para resultarem num registo completo do documento. Todavia, não se torna necessário efectuar uma descrição exaustiva para todas as unidades arquivísticas. Apenas alguns elementos são de preenchimento obrigatório para garantir uma troca de informação coerente entre arquivos internacionais e nacionais, que passaremos a citar³⁰:

- a) Código de referência;
- b) Título;
- c) Produtor;
- d) Data(s);
- e) Dimensão da unidade de descrição; e
- f) Nível de descrição.

No entanto, entendemos que devem constar todos os elementos de descrição cuja representação daí resultante seja a mais precisa e completa possível.

Apesar de ser recomendada a consulta de normas alheias à arquivística para descrição de “documentos especiais”, a ISAD(G) apresenta, no conjunto dos seus princípios, aquele que define a sua valência para o domínio do arquivos, ou seja, o princípio da proveniência ou *respect des fonds*. Este princípio determina que a documentação produzida e acumulada por um dado produtor não deve interferir com documentação proveniente de outra entidade produtora. Mais propriamente, o arquivista deve conseguir apurar o contexto em que a documentação foi produzida e

²⁸ Sobre as ISBD e suas respectivas funções, ver IFLA – *Guidelines for the Application of the ISBDs to the Description of Component Parts* [Em linha]. London: IFLA UBCIM Programme: British Library Bibliographic Services, 1988. [Consultado 24 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/isbd/component-parts.pdf>>, p. 6.

²⁹ ISAD(G)..., p. 9.

³⁰ *Idem*, p. 11.

criar registos de descrição multinível, do geral para o particular, assumindo que conhece a orgânica que se deve reflectir.

A descrição multinível compreende uma série de regras essenciais³¹:

1. *Descrição do geral para o particular* – Segundo a ISAD(G) o fundo é o nível de descrição que corresponde ao todo e a peça (*item*, no original inglês) corresponde a uma das partes. A descrição de documentos não deve ser efectuada a partir dos níveis mais baixos porque presume-se que o documento seja fruto da actividade de uma entidade produtora, com uma estrutura hierárquica que reflecta a organização da documentação. A partir do fundo projectam-se todos os níveis correspondentes ao domínio de actividade do produtor; nos níveis mais baixos encontra-se a relação entre as partes que o constituem.
2. O princípio da ordem original – relacionado com o princípio da proveniência, o princípio da ordem original determina que os documentos organizados e acumulados pelo criador devem ser mantidos na mesma ordem física e/ou intelectual, de forma a preservar relações existentes entre documentos assim como o valor probatório inerente a essa ordem³².
3. *Informação relevante para o nível de descrição* – respeitar o tipo de informação adequada a cada nível de descrição. Por exemplo, não incluir informação desnecessária sobre documentos compostos num registo de fundo. Associar a cada registo informação que se relacione apenas com esse registo.
4. *Ligação entre descrições* – posicionar explicitamente o registo de descrição na hierarquia por via de uma ligação que seja compreensível.
5. *Não repetição de informação* – procurar não repetir informações em níveis de descrição mais baixos que constem nos níveis de descrição mais altos e não repetir informação em níveis mais altos que seja destinada aos níveis mais baixos.

³¹ Os títulos em itálico são citados de ISAD(G)..., pp. 16-17.

³² PLANNING COMMITTEE ON DESCRIPTIVE STANDARDS – *Rules for Archival Description* [Em linha]. Ottawa, Canada: Bureau of Canadian Archivists, 1990, revised July 2008. [Consultado 24 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.cdncouncilarchives.ca/rad/radcomplete_july2008.pdf>, p. xxiii.

II.1.2 – ODA (2ª versão)

As ODA³³ consistem num conjunto de normas para descrição arquivística adaptadas à realidade portuguesa e compatibilizadas com algumas normas internacionais, sendo as mais relevantes a ISAD(G) e a ISAAR(CPF). Esta última norma serviu de base à elaboração das partes II e III das ODA, referentes à descrição de autoridades arquivísticas. Esta é, sobretudo, uma área familiar à biblioteconomia e, apesar de menos familiar à arquivística portuguesa, não impediu a união de esforços em torno da normalização da descrição de entidades produtoras de documentação.

A caracterização global das ODA é muito próxima do que descrevemos para a ISAD(G). Trata-se de uma norma para descrição de documentação geral, porém a sua adaptação é exequível no que respeita à descrição de “documentos especiais”. Desenvolveremos posteriormente esta última questão³⁴, visto que esta foi a norma que determinou o resultado final dos registos descritivos produzidos no âmbito do estágio.

A descrição, apesar de normalizada, não é estanque. Posteriores revisões serão implementadas³⁵, com reformulação de mecanismos de resposta às questões transmitidas sobre as particularidades da descrição documental. O limite da normalização pode ser, resumidamente, o avanço - de ideias e de tecnologia - não se colocando a questão de uma norma estanque, mas sim que corresponda aos dinamismos que caracterizam o tratamento intelectual da documentação.

As ODA, na sua génese, foram responsabilidade do IAN/TT, tendo sido desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo e pelo Programa para a Normalização da Descrição em Arquivo³⁶. A partilha de informação entre a comunidade arquivística ajudou a criar o instrumento de trabalho

³³ DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a Descrição Arquivística* [Em linha]. 2ª versão. Lisboa: Ministério da Cultura, DGARQ, 2007. [Consultado 10 JAN 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>>

³⁴ *Vide infra*, p. 50.

³⁵ Já se encontra disponível o documento referente à terceira versão.

³⁶ RUNA, L., *Orientações para a Descrição Arquivística: normalizar para partilhar e recuperar*, Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, SD.

que agora conhecemos. Por serem orientações e não normas, cabe a cada serviço de arquivo estabelecer soluções adequadas a casos concretos.

Apesar de especialmente destinadas ao IAN/TT e Arquivos Distritais, as ODA também podem ser aplicadas por outros serviços de arquivo que detenham documentação em qualquer das suas fases de conservação.

Um dos objectivos de fundo, na implementação das ODA, é estabelecer uma base para a construção de uma Rede Nacional de Arquivos³⁷, em que a informação seja unificada de modo a existir coerência na apresentação e recuperação da mesma. O enfoque na descrição dos produtores de documentação demonstra a necessidade de conhecer o contexto dos documentos e poder recuperá-lo recorrendo precisamente a informações sobre esse contexto. Estabelece também o enquadramento histórico e administrativo de histórias custodiais complexas e que desafiam noções como a de *fundo*³⁸.

Os princípios das ODA relacionam-se com os estipulados pela ISAD(G) que referimos anteriormente. Passamos a sistematizar alguns³⁹:

1. Respeitar a proveniência e ordem original dos documentos de arquivo;
2. Descrever para reflectir a organização da documentação;
3. A organização da documentação de arquivo deve ser apresentada em níveis hierárquicos inter-relacionados;
4. Esses níveis devem existir numa relação lógica com a organização da documentação;
5. Todos os documentos devem ser descritos independentemente da forma ou suporte;
6. Todos os documentos de arquivo devem ser descritos independentemente da fase de vida em questão;
7. A descrição de documentos de arquivo deve aplicar-se a todo o universo documental independentemente das características do produtor: pessoa colectiva, singular ou família.

³⁷ *Idem*, p. 1.

³⁸ *Idem*, p. 5.

³⁹ *Orientações para a Descrição Arquivística*, 2ª versão..., p. 20.

À semelhança da ISAD(G) a descrição segundo as ODA é multinível, correspondendo às regras essenciais já enunciadas⁴⁰. Apesar de se tratar de uma norma para descrição de documentação de arquivo em geral e de não ser otimizada para corresponder à necessidade de descrição de documentos com características especiais, as ODA podem ser conjugadas com outras normas que ajudem a discernir a informação pertinente a extrair deste tipo de documentos.

As orientações são organizadas por zonas constituídas por elementos de descrição definidos de forma a apresentarem informação única e para evitar repetição de informação:

1. Zona de identificação
2. Zona do contexto
3. Zona do conteúdo e estrutura
4. Zona das condições de acesso e utilização
5. Zona da documentação associada
6. Zona das notas
7. Zona do controlo da descrição

II.1.3 – ISBD(CM)

International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials é a norma, da área da Biblioteconomia, que trata da catalogação de material cartográfico, ou seja, desenhos que representam a Terra ou qualquer corpo celeste com uma determinada escala⁴¹. Esses desenhos podem obedecer a diversas tipologias como mapas bidimensionais ou tridimensionais, mapas de navegação marítima e aérea, mapas celestes, mapas que representam secções da Terra, imagens aéreas captadas por satélite, mapas fotogramétricos, atlas, entre outros.

A actual ISBD(CM) apresenta preocupação adicional na catalogação de peças criadas em formato electrónico, porém não vamos incidir sobre esse aspecto pois a

⁴⁰ Vide *supra*, p. 22-24

⁴¹ INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS – *ISBD(CM): International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials* [Em linha]. Stockholm, Sweden: Göran Bäärnhielm, The Royal Library, May 1999. [Consultado 24 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/VII/s6/news/isbd.pdf>>, p. 4.

actividade de estágio centrou-se na descrição de peças desenhadas em formato físico. Ainda que com o formato electrónico em destaque, a última revisão da norma, de 1999, procurou responder a problemas como catalogação de mapas manuscritos e de publicações antigas.

As ISBDs procuram responder a um número variado de material bibliográfico, pelo que constituem um corpo variado de normas⁴². Todas têm por base a ISBD(G), a norma de base, que especifica os elementos de informação pertinentes para a descrição bibliográfica, a sua ordem de apresentação e a pontuação utilizada. O esforço jaz na uniformização nacional e internacional de catálogos, para uma eficaz troca e recuperação de informação.

Relativamente a informação específica, para descrição de mapas, extraímos algumas orientações da Área Matemática e Técnica⁴³. Enquadrados nesta zona estão os elementos de informação escala, sistema de projecção, sistema de coordenadas e equinócios, desvio de escala, entre outros elementos ligados a registos electrónicos; da Área de Descrição Física destacamos a designação dos materiais⁴⁴. Estes elementos serviram-nos de guia para o género de informação que seria pertinente descrever, ajustando à realidade dos documentos de arquivo no ADSTB.

II.2 – O tratamento intelectual de peças desenhadas em contexto de arquivo

II.2.1 – Caracterização e identificação do objecto de estudo

Entendemos por “peças desenhadas” documentos cuja expressão seja efectuada via imagem, sendo essa a característica pela qual se distingue, mesmo contendo informação escrita. Mapas, desenhos arquitectónicos e de engenharia podem enquadrar-se nesta “categoria”. Numa perspectiva mais abrangente falamos de desenho técnico, cuja “diversidade na representação e na interpretação não é admissível, devendo o mesmo objecto, num determinado tipo de figuração, ser representado da mesma maneira, de forma completa e rigorosa, sem qualquer

⁴² ISBD(M) para descrição publicações monográficas e ISBD(A) para monografias anteriores a 1801; ISBD(PM) para música impressa; ISBD(NBM) para materiais não livro; ISBD(S) para publicações em série; ISBD(ER) para documentos em suporte electrónico. *Guidelines for the Application of the ISBDs...*, p. 4.

⁴³ *ISBD(CM)...*, p. 10.

⁴⁴ Sobre identificação do suporte nos registos de descrição produzidos *vide infra*, p. 61.

ambiguidade. As regras “gramaticais” que regem a linguagem que é o Desenho Técnico são, com efeito, bem definidas”⁴⁵.

Os tipos de desenho abaixo caracterizados correspondem a áreas do desenho técnico onde se enquadram algumas peças desenhadas descritas durante o estágio.

II.2.1.1 – Material cartográfico

O desenho técnico da actualidade é regulado por “representações convencionais e simbólicas”⁴⁶. Convenções aplicadas ao desenho de mapas podem estar relacionadas com o tipo de escala, o tipo de projecção, as cores utilizadas, a espessura das linhas, os símbolos, etc. No universo das peças desenhadas supõe-se normalização, por exemplo, nos “Sinais Convencionais da Carta Militar de Portugal à Escala de 1:25000”⁴⁷ e listas de “Símbolos Utilizados em Planos de Ordenamento do Território e de Urbanismo”⁴⁸.

São variadas as categorias de material cartográfico quanto à sua finalidade: planimétricos, topográficos, fotomapas, hidrográficos, náuticos, aeronáuticos, itinerários, cadastrais, militares, geológicos, cartas de solos, mapas climatológicos, agrícolas e florestais, industriais e comerciais, demográficos, turísticos⁴⁹. Os levantamentos constituem os desenhos base dos mapas topográficos que podem ser criados de forma directa, pela medição de altitudes e distâncias no terreno, ou através de fotogrametria aérea, na captação fotográfica de áreas geográficas⁵⁰.

O trabalho de campo que se efectua a nível inicial é constituído por diversas representações da superfície terrestre que são transpostas para esboços manuscritos ou desenhos prévios efectuados com instrumentos de medição (*e.g.*, agrimensura). O

⁴⁵ CUNHA, Luís Veiga da, *Desenho Técnico*, 15ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, (Serviço de Educação e Bolsas), p. 24.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Idem*, p. 810.

⁴⁸ *Idem*, p. 813.

⁴⁹ *Idem*, pp. 653-654.

⁵⁰ *Ibidem*.

trabalho de cartografia é constituído por várias etapas, desde os levantamentos, passando pelo processamento dos dados e terminando no processo de reprodução⁵¹.

1. Levantamentos:

Os mapas desenhados para avaliar e efectuar levantamento de áreas, servem para apontar delimitação de território, criar mapas cadastrais, explorações hidrográficas, levantamentos topográficos, fotografias aéreas e por satélite⁵². As fotografias aéreas apresentam muito mais pormenor da superfície terrestre do que o desenho que selecciona zonas a representar; e podem ser observadas tridimensionalmente⁵³.

2. Processamento dos dados:

Esta fase pressupõe transformação de dados de um formato para outro. A informação recolhida no processo de levantamento dá origem à transposição para mapas manuscritos⁵⁴ – tendo em consideração que este é um processo anterior à criação de desenhos em SIG e por isso é útil para o nosso trabalho - digitalização, integração em sistemas geomáticos para análise dos dados do terreno⁵⁵, criação de camadas de informação gráfica com recurso a transparências⁵⁶.

3. Reprodução/duplicação:

Última etapa ligada à produção cartográfica é a reprodução. Inicialmente as reproduções eram manuscritas (em papel, seda, linho) ou impressas em papel⁵⁷ e posteriormente eram copiadas utilizando várias técnicas: reproduções fotomecânicas (fotocópia, cópia heliográfica, cópia ozalid, etc.); criação de matrizes em cobre, zinco, ferro e pedra; impressão de mapas em ferro,

⁵¹ LIBRARY AND ARCHIVES CANADA – *Managing Cartographic, Architectural and Engineering Records in the Government of Canada* [Em linha]. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.collectionscanada.gc.ca/007/002/007002-2050-e.html>>, ver *Formats, Cartographic Records*.

⁵² *Idem*.

⁵³ EHRENBURG, Ralph E., *op. cit.*, p. 11.

⁵⁴ *Idem*, p. 13.

⁵⁵ *Managing Cartographic, Architectural and Engineering Records...*, ver *data processing stage*.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ EHRENBURG, Ralph E., *op. cit.*, p. 13.

madeira, cobre, pedra, zinco; litografias; criação de globos, atlas, modelos em relevo, CD-ROMs, microfilmes, sistemas geomáticos, *e.g.* SIG⁵⁸.

Estas diversas fases servem também como etapas de projectos de arquitectura e de engenharia que necessitam de estudos topográficos e de ordenamento de território para se concretizarem. São exemplos a construção de infra-estruturas de base, estradas ou centros urbanos pertencentes ao fundo documental do GAS.

II.2.1.2 – Desenhos de arquitectura

São todos aqueles que constituem as fases de realização de um projecto de construção. A sua natureza é sobretudo gráfica, tal como o desenho cartográfico, e corresponde a normas do desenho técnico. Se o desenho cartográfico recolhe informação sobre a superfície terrestre e as suas características, o desenho de arquitectura trata da implementação de construções criadas nessa superfície, tanto que ambos podem estar relacionados no decorrer das fases de um projecto. O desenho de arquitectura existe no contexto de construções por edificar, já existentes ou que nunca foram realizadas⁵⁹.

Também neste âmbito ultrapassam-se diversas etapas de elaboração:

1. Anteprojecto

É constituído por desenhos preliminares, desenhos de perspectiva, modelos tridimensionais, esquemas, apresentações. Os desenhos preliminares são esboços que registam as primeiras ideias do arquitecto⁶⁰ e todo o registo do planeamento inicial é efectuado pelos restantes desenhos. Os modelos tridimensionais são construídos à escala e materializam a construção.

2. Localização

Os desenhos de localização não representam aspectos da construção em si mas sim a sua relação com o ambiente e a sua posição no meio. Representam os

⁵⁸ *Geomatics and GIS: Definitions and Scope* [Em linha]. London: MIM Centre, School of Informatics, 2000-2002. [Consultado 25 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://healthcybermap.org/HGeo/pg2_1.htm>

⁵⁹ *Managing Cartographic, Architectural and Engineering Records...*, ver *Definitions, Architectural Records*.

⁶⁰ EHRENBURG, Ralph E., *op. cit.*, p. 15.

“contornos gerais do edifício, assinalando ao mesmo tempo todos os elementos de referência convenientes, como, por exemplo, arruamentos, limites de propriedades e edifícios próprios.”⁶¹ Um desenho de localização pode facilmente confundir-se com um mapa, por vezes sendo designado como um.

3. Construção

É constituída pelos desenhos destinados à execução do projecto. Desenhos de conjunto, de pormenor, de carpintarias, de cantarias, de instalações, de modulações (dimensionamento de materiais de construção: tijolos, vigas, lajes). Os desenhos de conjunto englobam plantas (de fundações, alçados e cobertura), alçados (vistas laterais, frontais) e cortes (longitudinais, transversais)⁶².

II.2.1.3 – Desenhos de engenharia e electrotecnia

Esta especialidade do desenho técnico é bastante vasta e interessa-nos particularmente os desenhos de redes eléctricas. Os símbolos normalizados, próprios deste tipo de desenho, foram fixados pelo Decreto-Lei n.º 21 049, de 2 de Abril de 1932, e actualizados pela NP 1129:1975, elaborada segundo uma publicação da Comissão Electrotécnica Internacional (CEI)⁶³.

A elaboração gráfica é efectuada segundo diagramas e esquemas⁶⁴. O diagrama serve para expressar grandezas e os seus valores em relação à posição de determinados elementos em função de outras grandezas. O esquema representa a interligação de redes, aparelhos, instalações, que constituem partes de um sistema. Para chegar a este resultado é necessário “(...) analisar e definir a função do sistema; estabelecer o diagrama interfuncional de blocos; e traçar o esquema pormenorizado das ligações entre componentes simples ou complexos”⁶⁵. Por exemplo, a classificação de esquemas e diagramas pode efectuar-se “conforme o número de condutores, de

⁶¹ CUNHA, Luís Veiga da, *op. cit.*, p. 609.

⁶² *Idem*, pp. 610-626.

⁶³ *Idem*, p. 667.

⁶⁴ Um exemplo desta tipologia documental consta em apêndice no registo de descrição com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000012.

⁶⁵ *Idem*, p. 668.

aparelhos ou de elementos representados por um único símbolo”⁶⁶, em representação multifilar ou unifilar. Do universo de documentos descritos no âmbito do estágio existem exemplos deste último⁶⁷.

II.2.1.4 – Gráficos

Adequados para a apresentação de resultados e preferencialmente de fácil leitura, são compostos por variáveis de diversa ordem. Dependendo do propósito a que se destina, o gráfico vai assumir o tipo que se considerar mais adequado: gráfico de coordenadas lineares, logarítmicas, semilogarítmicas, entre outras.

Os gráficos de barras são desenhados com barras paralelas dispostas na vertical ou horizontal. O tamanho da barra varia consoante a os valores atribuídos às variáveis. Do conjunto de documentação descrita existe um exemplo deste tipo de gráfico⁶⁸.

II.2.2 – Fases de um projecto

As peças desenhadas não vivem sozinhas, desprovidas de relação umas com as outras, apesar de por vezes chegarem a nós (*i.e.* ao arquivo) de forma completamente desorganizada, como elemento descontextualizado. Os projectos, a nível geral, além das peças desenhadas contêm também peças escritas. Existe toda uma tramitação, conhecida ou não, que enquadra a peça numa ordem lógica e num segmento contínuo. Por vezes apenas temos uma parte dessa continuidade que não deixa de o ser, na ausência do todo.

Do universo de peças escritas as principais são “a memória descritiva e justificativa, os cálculos, o orçamento e o caderno de encargos”⁶⁹. A memória descritiva regista a justificação para a tomada de diversas decisões e explica como todas as variantes influenciaram o resultado final. Os cálculos estabelecem o dimensionamento de elementos de construção e suas condições de resistência. O orçamento define custos da construção. O caderno de encargos define as condições

⁶⁶ *Idem*, p. 672.

⁶⁷ Consultar, em apêndice, registo de descrição com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000013.

⁶⁸ Consultar, em apêndice, registo de descrição com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000033.

⁶⁹ *Idem*, p. 29.

acordadas com a entidade designada para a construção do projecto, assim como a forma adequada para execução dos trabalhos.

Após devida aprovação, da parte do cliente, é pedido um licenciamento para aprovação da construção, por parte das Câmaras Municipais. Efectua-se levantamento de alvará para dar início à obra, que será acompanhada por técnicos especializados. Após conclusão da construção são elaboradas as telas finais e é solicitada licença de utilização⁷⁰.

II.2.3 – Valor informativo

O valor informativo de determinados objectos reside naquilo que naturalmente os distingue dos restantes. Sabemos que o material cartográfico (que inclui todas as tipologias acima referidas) e os desenhos arquitectónicos contêm informação sobre coisas e lugares em vez de pessoas e fenómenos⁷¹. Mapas e fotografias aéreas revelam, segundo Ralph Ehrenberg, características distintas sobre um lugar: a nível de solo, estradas, caminhos, zonas habitacionais, clima, e sua relação relativamente a outros fenómenos culturais e naturais. A informação veiculada é sobretudo de ordem espacial.

Cada mapa cobre uma determinada área com um objectivo específico. No caso do conjunto de peças desenhadas descritas no âmbito do estágio, o objectivo está relacionado principalmente com estudos de ordenamento de território e do ambiente para estabelecer uma análise concreta de determinadas áreas de construção, estudos sobre zonas ecológicas especiais, edificações, electrificação de zonas. O testemunho destes documentos é reflexo da actividade de uma entidade.

Tal como a informação representada, ao nível do conteúdo, a forma como é representada, ao nível de uma determinada escala, vai estabelecer uma relação a nível matemático entre o objecto representado e o resultado da representação. Esse resultado vai variar na medida do propósito da mesma, definindo-se assim os diversos tipos de mapas, consoante os tipos de utilização. Igualmente variam os tipos de escala

⁷⁰ *Fases do projecto* [de arquitectura] [Em linha]. [Consultado 25 SET 2012]. Disponível em WWW: <<http://ecobuilders.wordpress.com/fases-do-projecto-e-honorarios/>>

⁷¹ EHRENBURG, Ralph E., *op. cit.*, p. 17.

adequadas a cada tipo de mapa. O mapa cadastral tem uma escala maior, o que vai logicamente diminuir a quantidade de território abrangido e maximizar o pormenor dos elementos da paisagem.

No que respeita a desenhos de arquitectura ou outros, que representam construções, máquinas e outros objectos, registam algo no espaço e/ou no tempo, lutando contra a transitoriedade natural do seu objecto. Os desenhos de arquitectura registam informações quanto a uma ou várias construções, suas características e posição no espaço, podendo ser preservados para além das próprias construções, ou podendo preservar no tempo algumas ideias que não tiveram concretização. São igualmente essenciais para o restauro de edifícios históricos⁷².

Ralph Ehrenberg aponta para o valor artístico de algumas peças desenhadas, compostas de tal forma, que lhes é atribuído valor como objectos de arte. É claro que nem todos os objectos de desenho técnico têm este valor. A maioria terá um valor como objecto, como artefacto que testemunha algo, mesmo sendo a representação de ordem gráfica e não escrita.

O valor artístico, extremamente difícil de definir, atribuído a estes objectos é, segundo Ralph Ehrenberg, associado a uma preocupação estética na representação. “Maps and architectural drawings are characterized by individual elements of lines, shades and colors, and natural and mathematical shapes (map symbols) that may be so expressively composed as to give certain drawings the quality of works of art”⁷³. Podemos considerar que, o mapa, que tem um princípio objectivo, tem igualmente uma vertente estética que vai além da do mero objecto auxiliar de uma acção. O valor utilitário deixa de o ser por si só, para passar (também) a ser um desenho com valor artístico, transcendendo a órbita do técnico. Para além do valor como objecto útil e testemunho de algo, é também transmissor de prazer estético, reflectindo o talento e técnica do seu criador.

A criação do desenho está intimamente ligada à época em que foi desenhado, a nível técnico, expressivo, material, gráfico, estrutural. Cada desenho é testemunho de

⁷² *Idem*, p. 18.

⁷³ *Idem*, p. 19.

possibilidades técnicas e estéticas de cada época. David Woodward⁷⁴ identifica cinco níveis que podem formar o valor enquanto artefacto: o tamanho, forma e estrutura (atlas, rolos, globos), o material base de desenho (papel, velino, madeira, plástico, metal), o tipo de pigmentos e tintas usadas para desenhar ou imprimir, os métodos de transferência do manuscrito para materiais fotossensíveis (relevo, entalhe, cópias heliográficas, ozalid, cópias electroestáticas), e o modo de representação de símbolos relativamente ao tamanho, posicionamento, tipo de letra e origem.

II.2.4 – Convergências e divergências no tratamento documental em Bibliotecas e Arquivos aplicado à descrição de peças desenhadas

A literatura disponível relativamente ao tratamento de peças desenhadas é abundante em contexto de bibliotecas. É importante não confundir ambos os contextos. A informação contida, mesmo não sendo de arquivística, poderá ajudar ambas as áreas. Já falámos da norma que pode auxiliar a uma descrição mais específica deste tipo de documentos, a ISBD(CM), todavia quando pensamos em literatura direccionada para bibliotecas, podemos interpretar como suspeita a sua utilidade para a nossa área. Devemos ter um factor em consideração: o documento em si é útil e valorizado em ambos os contextos. As informações que possamos recolher, referentes a tipos de documentos, materiais, técnicas, entre outras, são comuns. Todavia, o que motivou a razão de ser e integração dos documentos, no contexto de bibliotecas e no contexto de arquivos, é muito diferente. Existem pontos em comum, apesar de não serem tradicionalmente bem aceites na comunidade arquivística.

Schellenberg enuncia algumas diferenças incontornáveis na razão de ser destes documentos nos diferentes contextos⁷⁵. No caso dos arquivos, a documentação que custodiam vem na sequência da produção e acumulação de documentos da parte de uma entidade governamental⁷⁶. Essa documentação tem uma relação directa com a entidade produtora e com outra documentação, com a qual está directamente ou

⁷⁴ WOODWARD, D. *apud* EHRENBURG, Ralph E., *ibidem*.

⁷⁵ SCHELLENBERG, T. R. – *Modern Archives: Principles and Techniques* [Em linha]. Chicago: Society of American Archivists, 2003. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www2.archivists.org/sites/all/files/ModernArchives-Schellenberg.pdf>>, p. 17.

⁷⁶ Schellenberg incide a sua reflexão sobretudo em torno de arquivos públicos e nós seguimos na mesma linha de raciocínio devido à convergência com o nosso objecto de estudo.

indirectamente relacionada. O acervo de um arquivo gira em torno de actividades, acções cronologicamente situadas, que motivaram a existência de documentação, no decurso de actividades, e cuja lógica original deve ser recuperada. Para o trabalho do arquivista esta questão é essencial.

No que respeita à documentação adquirida no contexto de uma biblioteca, o seu propósito gira em torno de questões culturais, em primeiro lugar. No caso dos documentos de arquivo “their cultural values are incidental”⁷⁷. Para a biblioteca a ligação dos documentos a uma determinada entidade produtora ou entre si não é relevante, excepto se for detentora de algum arquivo. Os documentos podem existir sozinhos, independentes entre si ou organizados de uma forma artificial, apenas para bem da organização e do serviço de referência, e não para corresponder à orgânica de uma entidade produtora.

Aquilo que determina a razão de ser de um documento de arquivo é a sua função, ou seja, a relação entre partes, causal, que testemunhe e que faça prova. É funcional na sua origem. A tipologia dos documentos em nada invalida esta diferença a nível de tratamento e custódia de documentos. Um arquivo pode conter publicações periódicas, por exemplo, se a sua razão de existir nesse contexto tenha ocorrido no decorrer das actividades da entidade produtora. “This distinction between archival and library materials prevails regardless of their physical form”⁷⁸.

No respeitante a literatura disponível sobre peças desenhadas esta incide sobre material cartográfico à guarda de bibliotecas. Tanto as bibliotecas como os arquivos detêm este tipo de material e demonstram uma preocupação em tratá-lo intelectualmente e fisicamente⁷⁹. O sistema de avaliação/aquisição é, como já frisámos, substancialmente diferente. Esta questão leva-nos a reflectir sobre práticas a nível de organização da documentação.

Segundo Schellenberg, os arquivos são instituições que recebem documentação e as bibliotecas colecionam. Cada arquivo recebe documentos de

⁷⁷ *Ibidem.*

⁷⁸ *Ibidem.*

⁷⁹ *Idem*, p. 18.

determinados organismos do Estado⁸⁰, ou seja, aqueles organismos que tiverem como estabelecido determinado arquivo para guarda da sua documentação. No caso dos Arquivos Distritais, recepcionam documentação de entidades pertencentes ao distrito e não de entidades pertencentes a outros distritos. Sir Hilary Jenkinson afirma “Archives are not collected: I wish the word “Collection” could be banished from the Archivist’s vocabular (...). They are not there, or they should not be, because someone brought them together with the idea that they should be useful to Students of the future (...).”⁸¹

Por um lado as bibliotecas não necessitam de recepcionar material de determinados organismos, podem adquirir documentação proveniente de qualquer parte do mundo. Podem recolher documentos sobre determinada temática, ou cronologia, ou outra variável à escolha. É certo que os arquivos não colecionam documentos, mas tal não invalida que não sejam criadas colecções integradas num fundo documental de uma determinada entidade produtora. Para o caso dos arquivos a questão da colecção não é assumida e deve ser evitada, porém, existe documentação no arquivo da qual se desconhece grande parte do contexto e que foi acumulada, pelo produtor, sob forma de colecção. Neste caso, a colecção não parte da vontade do arquivo mas sim da entidade produtora. A função do arquivo é preservar essa ordem e assumir que determinado conjunto de documentos pode ter sido artificialmente organizado para corresponder a uma determinada função⁸².

No caso dos arquivos que lidam com material fora de contexto, independentemente da sua tipologia, tende a criar-se colecções factícias. Podem ou não ter um carácter provisório, porém, o tratamento intelectual que é dado à documentação não é imutável. As colecções factícias podem criar-se por força da organização de documentação sem contexto, até surgir possibilidade de empreender estudos mais aprofundados sobre a mesma. Nos arquivos faz-nos sentido a existência de colecções, se estiver em causa a forma como a documentação foi incorporada ou a ausência de contexto que obrigue a um tratamento documental artificial.

⁸⁰ *Vide supra*, p. 35, nota 76.

⁸¹ JENKINSON, Sir Hillary *apud* SCHELLENBERG, T. R., p.19.

⁸² Para desenvolvimento sobre esta questão, na análise de descrições produzidas, *vide infra*, p. 55.

No contexto das bibliotecas, em particular na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, os diversos tipos de mapas são agrupados em categorias, por exemplo para mapas de explorações de petróleo, gás e urânio, pertencentes à categoria de Geofísica e sub-categorias de Radioactividade, Magnetismo Terrestre e Gravidade⁸³. Os documentos estão soltos, não precisam de ser relacionados com outros documentos, podendo ser agrupados em diversas categorias ou colecções, conforme o tipo de organização praticado pela biblioteca. Neste tipo de casos não se persegue uma lógica, coesão, interligação entre documentos, apesar da classificação e organização no seio da biblioteca estar atribuída segundo uma outra lógica que agrupa documentos artificialmente.

O material cartográfico de diversas tipologias pode encontrar-se tanto em bibliotecas como em arquivos mas, considerando as diferentes conjunturas, são classificados de forma totalmente diferente. Enquanto os mapas de arquivo devem ser organizados respeitando o princípio da proveniência e ordem original, os mapas em bibliotecas podem ser organizados de diversas formas, porque nada se perde entre o documento e as opções relativas ao sistema de classificação⁸⁴.

II.2.5 – Descrição de peças desenhadas em contexto de Arquivo

Nos capítulos e subcapítulos anteriores referimos a importância da descrição de documentos de arquivo no geral, efectuámos uma abordagem a normas para a descrição arquivística e fizemos referência a uma norma que considerámos a mais expressiva para a descrição de peças desenhadas, se utilizada em conjunto com uma ou mais normas que contemplem a especificidade dos documentos de arquivo. Neste capítulo pretendemos abordar algumas ideias relativas à descrição de peças desenhadas, em particular, com recurso a determinados autores que trabalharam no tratamento de peças dentro deste universo.

A literatura disponível sobre este assunto não é vasta e predomina em edições dos anos 70 e 80 do século XX. Como já foi referido anteriormente, devemos ter em

⁸³ LARSGAARD, Mary L., *Map Librarianship: An Introduction*, 2ª ed. Littleton: Libraries Unlimited Inc., 1987, p. 19.

⁸⁴ SCHELLENBERG, T. R., *op. cit.*, p. 22.

consideração que não existia ISAD(G) e que devemos extrair a informação útil destes autores sem deturparmos o que se pratica na actualidade.

Ralph Ehrenberg, numa das obras mais expressivas para o tratamento destas peças, determina que a descrição de mapas deve efectuar-se nos níveis da série, subsérie e item⁸⁵. Conforme a série seja mais relevante e procurada pelos utilizadores, mais detalhe poderá imprimir-se na descrição, na existência de recursos para tal. Cada série documental deve ser intitulada da forma mais auto-explicativa possível utilizando-se o título atribuído pela entidade produtora ou, na inexistência deste, o título atribuído pelo arquivista que deve contemplar a tipologia de mapas dentro da série e aquilo que representam.

Verificamos que a solução proposta pelo autor contempla uma solução entre várias: intitular por assunto, por actividade representada, por área geográfica, e por combinações entre os anteriores. Também é proposta a criação de títulos consoante a proveniência, o autor ou a relação com peças escritas. A questão dependerá ainda do tipo de descrição a efectuar, qual o momento documental representado, qual o sistema de arquivagem escolhido. Num contexto de arquivo com material cartográfico e/ou arquitectónico, o título da série, deve exibir informação (*e.g.* assunto, actividade, proveniência, etc.) que ligue o que existe mais acima com o que existe ao nível da peça, caso se desça a este nível de descrição⁸⁶.

Mary Lynette Larsgaard, na sua obra *Map Librarianship – An Introduction*, colocou a questão da proveniência e da descrição nos arquivos na secção “*Some Prominent Cataloguing Problems*”, relativamente à catalogação de material cartográfico de arquivo, para o caso dos eventuais bibliotecários que teriam de lidar com documentação deste género. Na época, em 1987⁸⁷, como já referimos, não existia a ISAD(G) mas a ISBD(CM) e a AACR2 já eram uma realidade para os bibliotecários, o que explica a recomendação da autora pela catalogação completa de material cartográfico de arquivo segundo estas normas, com uma classificação organizada por proveniência, e procurar evitar a descrição por via de guias e inventários. A proposta

⁸⁵ EHREMBERG, Ralph E., *op. cit.*, pp. 23-27.

⁸⁶ Sobre a atribuição de títulos na descrição documental das peças do GAS, *vide infra*, p. 60

⁸⁷ A primeira edição do livro data de 1978 e foi uma das referências para a obra de Ralph Ehrenberg.

da autora vem certamente numa linha de uniformização das descrições no contexto de bibliotecas e em especial, pela inexistência de normas para tratamento de documentos de arquivo.

Todavia, no subcapítulo destinado à descrição de itens⁸⁸, Ralph Ehrenberg cria um conjunto de orientações que podem ser interessantes para esclarecer algumas dúvidas suscitadas no decorrer da descrição de mapas e desenhos. A criação de catálogos ou inventários, com uma quantidade breve de informação, que auxilia o arquivista no seu trabalho de reconhecimento do que existe no arquivo, é uma das soluções propostas por Ralph Ehrenberg e a mais próxima do que que Mary Lynette Larsgaard critica.

No entanto, existiu uma forma mais exaustiva de descrever os documentos de arquivo e que se encontrou muito próxima do tipo de descrição praticada na actualidade. Ralph Ehrenberg frisa que “the objective is to distinguish one map or drawing from another without the examination of the original”⁸⁹. Esta premissa é muito relevante se pensarmos que as descrições devem ser representações fiéis dos documentos e que é do interesse dos serviços de arquivo assegurarem essa representação, tanto para controlo interno da documentação existente como para esclarecimento do utilizador no momento da pesquisa. Na obra a que nos reportamos, uma descrição mais exaustiva era sobretudo recomendada para séries de mapas com valor de obra de arte ou raridade. Caberia a cada serviço de arquivo decidir qual a melhor abordagem ao nível de prática descritiva.

A norma de referência para Ralph Ehrenberg foi a AACR2, nomeadamente o capítulo relativo à catalogação de material cartográfico. Existe um conjunto de regras básicas utilizadas para uma descrição mais completa de peças desenhadas, as quais adaptámos à realidade documental trabalhada:

1. *O número de identificação do desenho.* Num conjunto documental cada desenho deve ter um número único, atribuído pela entidade produtora e registado como prova da sua localização entre outros desenhos, que também

⁸⁸ Entendemos o item como o equivalente da peça apesar de utilizarmos ambos os termos.

⁸⁹ EHRENBURG, Ralph E., *op. cit.*, p. 27.

possuam números. Este número de controlo pode constar tanto em mapas como desenhos arquitectónicos mas é possível que o arquivista, em situações de omissão, venha a trabalhar sem ele.

2. *O título.* É o primeiro elemento de descrição que surge ao utilizador. No caso dos mapas antigos, pode induzir em erro. Algumas áreas geográficas já não possuem o mesmo nome, porém essa informação deve ser esclarecida no registo de descrição. No caso de mapas contemporâneos, os títulos são mais informativos e providenciam uma descrição mais precisa dos elementos representados. Os títulos dos mapas podem aparecer numa das suas partes ou em várias; podem aparecer numa peça escrita cuja existência será conhecida ou não para o arquivista. Em qualquer dos casos, essas relações entre peças desenhadas e escritas devem recuperar-se para bem da história dos documentos. Um título de um mapa remete para a área representada, enquanto o título de um desenho de arquitectura remete para a construção de um edifício ou para elementos da sua construção⁹⁰. O tipo de mapa representado é também um elemento que pode constar no título. No caso dos desenhos de arquitectura contemporâneos, a legenda, no canto inferior direito, é um elemento de informação valioso, tanto para o título, como para outros elementos como a escala, desenhador ou o responsável. No caso de não ser possível extrair um título directamente do documento, o arquivista deve atribuir-lhe um, em concordância com as normas em vigor e através da observação do desenho e documentos relacionados.

3. *Autoria/autoridade.* Pressupõe a identificação dos intervenientes na criação de um determinado desenho, registando a função de cada um. As autorias podem não ser identificadas em todos os desenhos, mas no caso dos mapas, poderá existir informação sobre o topógrafo, o compilador, o copista, o litógrafo, o fotógrafo, o editor e o vendedor. Esta informação refere-se sobretudo a mapas antigos e do século XIX⁹¹. Na necessidade de escolher-se um autor é designado o topógrafo ou a pessoa que recolheu a informação

⁹⁰ *Idem*, p. 32.

⁹¹ *Idem*, p. 33.

cartográfica⁹². Nos desenhos de arquitectura é usual a utilização de assinaturas e, num tipo de descrição mais exaustivo, deve referir-se os nomes dos intervenientes ou, em alternativa, o nome do profissional que aprova um trabalho. Ralph Ehrenberg não é mais específico sobre a atribuição de autoria para desenhos de arquitectura, pelo que desenvolveremos a nossa interpretação posteriormente⁹³.

4. *Datas*. Pode tratar-se de uma data singular ou de datas extremas. No caso dos mapas é possível que exista uma data referente ao momento em que determinada área foi representada. Quanto aos desenhos de arquitectura podemos estar perante datas extremas, quando estas são identificadas no início de um projecto e se estendem até às provas finais. Deve ser registada a datação em concreto relativa a determinado momento de um projecto ou da criação de um mapa. A identificação dos momentos da acção auxiliam a enquadrar as restantes peças numa perspectiva que ajude a sugerir e a recuperar o seu encadeamento. Em muitos casos não é possível determinar a data através da consulta directa do documento, todavia, podem encontrar-se pistas através de informação recolhida do próprio documento ou de documentos relacionados. As datas podem inferir-se por áreas representadas, nome do autor, estilo de desenho, estilo de construção, marcas-de-água, e ainda por relações directas com peças escritas, ou por comparação com outras peças desenhadas. Qualquer solução adoptada pelo arquivista deve ser registada para que seja compreensível a natureza da informação transmitida.

5. *Escala*. Surge no documento de forma gráfica, através da representação de uma barra, verbal ou numérica. A escala gráfica pode ser conjugada com a numérica. É recomendado que se efectue uma transcrição da escala, no registo descritivo, equivalente à forma com que é apresentada no mapa ou no desenho de arquitectura. Na omissão da escala, esta pode ser calculada com instrumentos de medição ou por comparação com outros mapas⁹⁴. Os mapas possuem escalas horizontais e, no caso de mapas topográficos, escalas verticais

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *Vide infra*, p. 63.

⁹⁴ *Idem*, p. 36.

que adicionam a tridimensionalidade⁹⁵. A escala pode variar, pode ser indeterminada ou o mapa pode não ter sido desenhado à escala. Em qualquer um dos casos deve existir uma referência nesse sentido ao preencher o registo de descrição.

6. *Materiais e técnicas*. Devem ser identificados por questões de referência, preservação e acondicionamento do documento. As formas mais comuns são o manuscrito, a fotocópia, a impressão e as anotações. Deste conjunto de técnicas é possível identificar-se os materiais utilizados. Para o manuscrito: desenho a carvão, pastel, aguarela, sobre papel, tecido ou plástico. Para o processo fotográfico: cópia heliográfica, electroestática, ozalid, entre outras. Para a impressão: técnicas de gravura utilizando placas de cobre, aço, madeira, pedra. Para as anotações: adições de informação em documentos impressos ou fotocopiados⁹⁶.

7. *Cor*. O uso da cor deve ser registado, assim como a técnica utilizada. Até à criação da cromolitografia, nos anos 30 do século XIX, e posteriormente, a coloração dos mapas era efectuada à mão com tintas dissolvidas em água⁹⁷.

8. *Dimensão e número de páginas*. Um mapa pode ser composto por várias páginas, podendo optar-se pela medição na totalidade ou em separado. O mapa deve ser medido tendo como referência a linha de contorno ou, na ausência desta, o limite do suporte.

9. *Descritivo*. É o elemento onde se registam as informações adicionais que não foram registadas em elementos anteriores e que se considerem pertinentes⁹⁸. Uma breve descrição sobre o que vem representado no mapa ou no desenho de arquitectura pode ser um primeiro ponto de abordagem. Devem escolher-se informações únicas que identifiquem a representação e que sirvam o serviço de referência: tipo de mapa, situação representada, assunto, características geográficas, culturais, territoriais, técnicas, entre outras.

⁹⁵ Para mais informação sobre escalas ver *Understanding Topographic Maps* [Em linha]. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://imnh.isu.edu/digitalatlas/geog/basics/topo.htm>>

⁹⁶ EHRENBURG, Ralph E., *op. cit.*, pp. 37-38.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ O equivalente ao elemento de informação “âmbito e conteúdo” nas ODA.

Apesar de nem todos estes elementos poderem figurar no registo descritivo ao pormenor, as sugestões de Ralph Ehrenberg vão ao encontro de uma catalogação completa, à semelhança do que Mary Lynette Larsgaard sugeriu. Apesar do termo “catalogação” ser utilizado em contexto de bibliotecas e arquivos, devemos estar atentos às diferenças na utilização da mesma terminologia.

Para Schellenberg, no caso das bibliotecas, a catalogação, ou “catalogação descritiva”⁹⁹, distinta da “catalogação por assuntos” é, na prática, a descrição de livros, como entidades indivisíveis, e de séries (*e.g.* de periódicos), como entidades singulares. Com excepção das séries de periódicos, quando nos referimos à catalogação de livros estamos perante um item indivisível à luz da prática descritiva entendida pelo autor. No caso dos arquivos, os documentos são constituintes de agregações, que se manifestam como séries. As séries ou grupos são entendidos, pelo autor, como o equivalente aos livros, no contexto de bibliotecas, que são identificados por autor e título. No caso das séries arquivísticas, o autor será um departamento ou sub-divisão do organismo que produziu e acumulou a documentação, e o título determinado pela natureza da documentação contida na série, assim como as datas a que a mesma se reporta. A relação de agregação é estabelecida pela significância entre os documentos que a compõem.

Contudo, consideramos que o título de uma série também deve evidenciar alguma relação entre elementos contidos noutros níveis de descrição e, acima de tudo, recuperar parte da estrutura orgânica da entidade produtora. Em suma, cada série deve ter sentido de ser, dando corpo a agregações de documentos que representem uma lógica pré-existente e que a mesma tenha impacto no conjunto de práticas de tratamento intelectual de documentos, ou seja, em opções relativas à descrição. É neste sentido que a catalogação em arquivística se afasta da prática similar empreendida pelas bibliotecas; porque os documentos tratados em ambos os tipos de instituição são, em natureza, muito diferentes.

⁹⁹ SCHELLENBERG, T. R., *op. cit.*, p. 23.

Schellenberg afirma que “(...) the librarian catalogs his materials, while the archivist describes his in guides, inventories and lists.”¹⁰⁰ É esta abordagem que Mary Lynette Larsgaard critica 22 anos mais tarde¹⁰¹ e Ralph Ehrenberg, no seu conjunto de orientações, aproxima a abordagem descritiva à prática da catalogação através da conjugação de esforços no tratamento intelectual dos documentos, cumprindo o que Schellenberg já havia enunciado quando escreveu “library techniques of cataloging and indexing, for example, can be applied, with some modification, to special types of materials that consist of discrete items, such as maps, charts, motion picture films, still pictures, and sound recordings.”¹⁰².

II.3 – O tratamento físico de peças desenhadas

II.3.1 – Conservação preventiva

Os desafios ao nível de tratamento físico de mapas ou desenhos de arquitectura têm como factor comum, na grande maioria dos casos, a relação com materiais de grande formato. Independentemente das características e fragilidades do material, o grande formato pode trazer alguns problemas a nível de acondicionamento. Existem diversos factores a ter em conta antes ou após o primeiro contacto com este tipo de materiais: a quantidade e o tipo de documentos, a perspectiva de novos ingressos, a quantidade de espaço disponível, a frequência dos pedidos de consulta, o custo do equipamento para acondicionamento e a sua disponibilidade no mercado¹⁰³.

Cada desenho de grande formato proporciona necessidades diferentes de consulta. Contudo, devem providenciar-se boas condições para que o manuseamento não seja prejudicado por deficientes condições de acondicionamento. Por vezes não é possível conjugar todas as boas práticas a este nível mas é desejável que o serviço de arquivo, detentor de materiais de grande formato, possua as condições mínimas para assegurar bons princípios em torno da conservação preventiva, de modo a evitar danos maiores.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 24.

¹⁰¹ *Vide supra*, p. 39.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ LARSGAARD, Mary L., *op. cit.*, p. 172.

No que respeita ao manuseamento, existe um conjunto de práticas que podem ser utilizadas para o tratamento físico de qualquer tipo de documentação, mas que convém reter para o tratamento dos materiais a que nos reportamos¹⁰⁴:

1. Utilizar luvas com 100% algodão para manusear os documentos. Procurar evitar tocar na superfície dos desenhos sem qualquer protecção. Consultar os desenhos um de cada vez, levantando-os em vez de arrastá-los por cima de outros desenhos. Para a operação de consulta como para o acondicionamento é necessário haver espaço.
2. Caso seja necessário numerar páginas ou efectuar qualquer tipo de anotação num desenho, utilizar um lápis de grafite macio, e utilizar o verso da folha, no canto inferior direito. Preferencialmente qualquer anotação deve ser efectuada noutro instrumento de registo.
3. Não remover elementos que se encontrem colados aos desenhos, sejam eles marcas, selos ou molduras. Algumas tarefas devem ser de exclusiva responsabilidade dos profissionais de conservação e restauro.
4. Evitar a utilização de fita-cola, elásticos, cliques, ou materiais de escrita que não o lápis de grafite. A utilização destes materiais agride o suporte do desenho e provoca alterações mecânicas e químicas muitas vezes irreversíveis.
5. O transporte de documentos deve ser efectuado com recurso a um carro que contenha uma forma em U, para que os desenhos possam repousar numa superfície curva, sem danificar as suas margens. Num mesmo carro podem transportar-se vários tubos com desenhos, utilizando as áreas para o efeito, porém, deve evitar sobrecarregar-se o carro com documentos.
6. Por norma o material cartográfico, de arquitectura ou engenharia não deve ser fotocopiado, devido a questões relacionadas com a dimensão usual das fotocopiadoras. Na era da digitalização, deve optar-se por esse método, utilizando digitalizadores com mesas de dimensões adequadas para repousar e uniformizar o papel com recurso à sucção de ar. Na impossibilidade de utilizar esta tecnologia a opção viável é a fotografia ou o recurso ao microfilme

¹⁰⁴ *Managing Cartographic, Architectural and Engineering Records...*, ver III. *Preservation of Cartographic, Architectural and Engineering Records*.

(105mm). Qualquer um destes métodos de reprodução deve produzir uma matriz que será utilizada para reproduções posteriores.

7. A proibição do uso de alimentos, bebidas e tabaco durante a consulta dos documentos é incontornável para evitar acumulação de agentes deteriorantes e para minimizar a ocorrência de acidentes com consequências irreversíveis. As superfícies de consulta, no serviço de referência e nos serviços técnicos, devem ser livres de pó ou sujidade que possa contribuir para a acumulação de elementos poluentes e que interfiram na estabilidade física e química dos documentos.

II.3.2 – Acondicionamento

O acondicionamento de materiais de grande formato pode levantar diversos problemas ao nível de espaço e de equipamento disponível. Dependendo da quantidade de materiais cartográficos, desenhos de arquitectura ou outros, e de acordo com o espaço disponível, o serviço de arquivo deve decidir qual será a melhor solução que contemple condições básicas de preservação e que garanta a optimização da área de depósito. Não se espera que um arquivo esteja equipado à partida com as condições necessárias para guardar este tipo de documentos. Como já frisámos, na analogia entre os documentos de arquivo e os documentos de uma biblioteca, o arquivo recebe documentação por transferência, depósito, doação, que corresponde ao mesmo que afirmar que a incorporação de desenhos pode ser uma surpresa.

É frequentemente recomendado que os desenhos de grande dimensão (*i.e.* mapas, desenhos de arquitectura, engenharia, etc.) sejam acondicionados estendidos sobre uma superfície plana. Os armários com gavetas de dimensão adequada para este tipo de documentos são preferencialmente sem fundo, com não mais do que 5 cm de profundidade. Devem ser fabricados em metal com materiais quimicamente estáveis e que não libertem gases nocivos para os documentos. Equipamento fabricado em alumínio anodizado é considerado uma das melhores opções¹⁰⁵. As gavetas devem ser

¹⁰⁵ NORTHEAST DOCUMENT CONSERVATION CENTER – *Preservation Leaflets: Storage Solutions for Oversized Paper Artifacts* [Em linha]. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.nedcc.org/resources/leaflets/4Storage_and_Handling/09OversizedArtifacts.php>, ver *Map Cases (Flat File Cabinets)*.

equipadas com calhas deslizantes e travões para não caírem ao serem puxadas. A utilização de equipamento em madeira deve ser evitada.

O acondicionamento de espécies mais raras e frágeis pode efectuar-se com recurso a caixas do tipo Solander¹⁰⁶, frequentemente utilizadas para conter documentos raros, ou obras de arte, no contexto de museus. Devido ao custo avultado destas caixas pode optar-se pela criação de outras similares com materiais mais leves e quimicamente inertes.

Dentro das gavetas dos armários os documentos não devem repousar uns sobre os outros, sem qualquer protecção. Assim como as caixas, também as pastas devem ser fabricadas em materiais quimicamente estáveis e livres de lignina¹⁰⁷. A pasta deve ter uma dimensão ligeiramente maior do que os documentos, que podem ser acondicionados em pequenos conjuntos, caso não se prejudique a sua conservação. Todas as pastas devem ter dimensões mais ou menos uniformes de modo a facilitar a localização das mesmas. Quando os documentos são acondicionados em conjuntos, numa mesma pasta, deve inserir-se uma folha de papel quimicamente estável entre os desenhos, especialmente se estes forem constituídos por papel com tendência a libertar ácido, ou por outros materiais instáveis.

Para salvaguardar a integridade de documentos que apresentem alguma deterioração, é utilizado o recurso ao encapsulamento por via de películas de poliéster que envolvem o documento e que são seladas termicamente¹⁰⁸. Desta forma o documento fica retido entre a película e mais protegido do dano causado pelo manuseamento. Deve atentar-se que nem todos os materiais estão bem preservados através desta técnica. Os papéis com teor ácido reagem ao encapsulamento, proporcionando-se ambiente favorável para a deterioração.

As pastas com uma protecção em poliéster¹⁰⁹ são outra opção, quando se trata de proteger a superfície dos documentos de grande formato. Os mesmos cuidados com o papel ácido devem ser tomados pela não utilização do poliéster como película

¹⁰⁶ *Idem*, ver *Boxes*.

¹⁰⁷ *Idem*, ver *Inside the Drawers or Boxes: Protective Enclosures*.

¹⁰⁸ *Idem*, ver *Polyester Film Encapsulation*.

¹⁰⁹ *Idem*, ver *Folders with Polyester Film Interior Covers*.

protectora ou pela desacidificação do suporte. Cuidados idênticos aplicam-se a mapas desenhados e pintados com materiais como pastel ou carvão. O poliéster pode ser substituído por *tissue* ou por folhas de papel quimicamente estáveis.

Para fazer face a problemas de espaço o acondicionamento de mapas ou de desenhos de arquitectura em rolos¹¹⁰ é bastante comum. Apesar de não ser recomendado, existem suportes que aguentam ser enrolados e desenrolados. Caso sejam muito requisitados no serviço de referência, o arquivo pode optar pelo acondicionamento recomendado e reservar os materiais menos requisitados para permanência em rolos. De qualquer das formas, quanto mais largo for o tubo mais benéfico para o conteúdo. Devem ser fabricados em cartão resistente e neutro, alto o suficiente para proporcionar uma margem relativamente às extremidades dos documentos, para evitar deformações no suporte¹¹¹.

Os materiais devem ser enrolados com a superfície representada para dentro e com folhas que separem os documentos entre si. O rolo pode ser fechado com fios de algodão para assegurar estabilidade do material e o tubo acondicionado na posição horizontal em prateleiras¹¹², gavetas ou suportados por ganchos num painel¹¹³. Podem existir casos de materiais que permaneceram enrolados durante muito tempo aumentando a possibilidade de deterioração ao desenrolar. Neste caso, o profissional de conservação e restauro deve interferir para realizar a humedificação e planificação do papel.

Outras formas de contornar o difícil problema do acondicionamento podem envolver a dobragem dos mapas¹¹⁴, que não é recomendável pois destrói o suporte; alguns mapas de grande dimensão são suspensos, se originalmente destinados a esse fim e se ainda possuírem uma moldura suficientemente resistente; por fim, os mapas antigamente eram cortados para facilitar o acondicionamento. Esta prática deixou de ser permitida, porém alguns mapas antigos eram criados em folhas de papel diferentes

¹¹⁰ *Idem*, ver *Rolling*.

¹¹¹ Os documentos descritos no âmbito do estágio foram reacondicionados com recurso a tubos com as características enunciadas.

¹¹² No ADSTB esta foi a solução encontrada para dispor os tubos de cartão contendo os documentos.

¹¹³ *Managing Cartographic, Architectural and Engineering Records...*, ver *Tubes*.

¹¹⁴ *Storage Solutions for Oversized Paper Artifacts...*, ver *Folding*.

que se juntavam posteriormente. As componentes poderiam ser separadas e convenientemente mantidas em separado, restituindo-se posteriormente a integridade física do mapa¹¹⁵. Todos os procedimentos são responsabilidade de uma dada biblioteca ou arquivo e fazem parte da política que desejarem aplicar para questões de acondicionamento e preservação.

A utilização de armários verticais não é recomendada¹¹⁶. Estes armários têm uma porta móvel, que abre para fora e exhibe os desenhos sustentados por um suporte em metal. Deste modo, os documentos estão numa constante tensão, aumentando a possibilidade de deformação do suporte e danos na superfície dos desenhos.

Os desenhos em papel ou linho devem ser conservados numa temperatura de 18º com aproximadamente 40% de humidade relativa¹¹⁷. As inspecções regulares ao estado de conservação dos documentos devem efectuar-se de três em três anos e deve procurar-se sinais de amarelecimento, descoloração, escurecimento, manchas, lacunas provocadas por insectos, zonas quebradiças, rasgadas ou vincadas¹¹⁸. A criação de planos de emergência e prevenção de desastres¹¹⁹, para delinear procedimentos para salvaguarda dos documentos e para avaliar prioridades no tipo de resposta a diversos tipos de desastres, deve ser transmitida a todos os profissionais de arquivos e bibliotecas.

CAPÍTULO III – Análise dos resultados das descrições produzidas no âmbito do estágio no Arquivo Distrital de Setúbal

Ao planear o estágio com objectivo de produzir o presente relatório final, o conjunto de experiências obtidas no decurso das actividades seria o ponto de partida para a resolução de problemas e para enunciar um conjunto de problemáticas, confrontando a experiência prática com as pesquisas e aprendizagens a nível teórico. Não foi, porém, possível compor uma análise detalhada do fundo documental do GAS para daí extrair um conhecimento que justificasse as opções tomadas a nível da constituição da árvore descritiva. Existiu uma primeira abordagem, da parte do ADSTB,

¹¹⁵ *Idem*, ver *Sectioning*.

¹¹⁶ *Managing Cartographic, Architectural and Engineering Records...*, ver *Vertical Cabinets*.

¹¹⁷ *Idem*, ver *Specific Types of Records*.

¹¹⁸ *Idem*, ver *Inspecting for Signs of Damage and Deterioration*.

¹¹⁹ *Idem*, ver *Disaster Preparedness e Recovery*.

no que respeita a essa mesma estrutura, ainda não publicada porque provisória e com o objectivo inicial de servir como instrumento de trabalho, até serem efectuados estudos mais aprofundados sobre o fundo do GAS.

A descrição de documentos pressupõe quase sempre alguma pesquisa relativamente ao funcionamento do organismo enquanto entidade produtora de documentação. Contudo, quando o trabalho que engloba o conhecimento sobre a organização da documentação ainda se encontra em processamento, a descrição nos níveis mais baixos vai estar condicionada, temporariamente, ao estudo da estrutura do fundo numa perspectiva *top-down* e *bottom-up*. É na convergência destas duas abordagens que procuramos um ponto de equilíbrio, admitindo que, no âmbito do presente estágio, foi imprescindível a construção de conhecimento sobre os documentos a partir dos níveis mais baixos.

III.1 – Ferramenta informática para registo das descrições: DigitArq

A ferramenta DigitArq foi criada pela empresa Keep Solutions, que surgiu do seio da Universidade do Minho, para criação de produtos de tecnologia avançada. Em parceria com o Arquivo Distrital do Porto e a DGARQ, foi criada uma solução *open-source*, compatibilizada com as características das diversas instituições que pretendam integrá-la para gerir informação sobre os seus arquivos. Trata-se de uma base de dados relacional utilizada para gerir diversos tipos de informação sobre documentos de arquivo. É constituída por módulos funcionais, que permitem uma optimização do trabalho em arquivo permanente.

O módulo de *frontoffice*, estabelece comunicação entre a base de dados e os utilizadores externos, enquadrada na página *web* de cada arquivo que a utilize. O *backoffice* funciona como módulo interno, para utilização por parte dos serviços de arquivo. É o espaço onde se registam descrições dos documentos e integração de representações digitais. É sobretudo no âmbito deste módulo que se efectua o controlo de qualidade das descrições, a exportação de relatórios em vários formatos¹²⁰, a exportação ou importação de auxiliares de pesquisa, gestão de imagens, visualizadores e auxiliares para publicação de diversos tipos de informação na *web*. O

¹²⁰ Correspondem aos relatórios de descrição que são apresentados em anexo a este relatório.

módulo de administração gere conteúdos relativos a permissões, número de registos descritos e publicados, produção de colaboradores, entre outras funcionalidades.

A construção desta ferramenta foi articulada com normas internacionais como a ISAD(G), a EAD e a OAI-PMH¹²¹. Com a ISAD(G) o DigitArq cria campos destinados aos elementos de informação necessários para a descrição de documentos segundo as directrizes da mesma; à EAD reserva-se a apresentação da informação decorrente das descrições produzidas e a preservação das relações entre descrições, entre níveis de descrição, na indexação e no apoio à recuperação de informação; a OAI-PMH, que constitui um dos módulos deste *software*, assegura a articulação e integração desta solução com outros sistemas de gestão de conteúdos, como o Portal Português de Arquivos, a Europeana, a APEnet, entre outros¹²².

III.1.1 – Utilização do software e primeiros desafios

A versão do DigitArq utilizada para criar os registos descritivos foi a 4.0.4.0. Esses registos foram criados no fundo do GAS¹²³, ao nível da série e ao nível do documento simples. Não foi possível, analisarmos ao pormenor o enquadramento da série nos níveis superiores, pelo que trabalhámos a informação disponível nos níveis mais baixos e procurámos contactar com os diferentes tipos de problemáticas levantadas pelos documentos.

Outros tipos de problemáticas estabeleceram-se com a utilização da ferramenta informática para corresponder às necessidades, nomeadamente a criação de registos em níveis de descrição como a colecção, entendendo-a como unidade arquivística. Em termos práticos, criou-se um registo de descrição ao nível da série – Peças Desenhadas – para incorporar todos os registos de peças desenhadas. Esta solução pode ou não ser provisória, conforme as decisões que forem tomadas

¹²¹ KEEP SOLUTIONS – *DigitArq: Software de Gestão de Arquivos Definitivos* [Em linha]. [Consultado 1 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.keep.pt/?page_id=289>

¹²² *Idem*.

¹²³ A folha de fundo foi criada pelos serviços técnicos do ADSTB e encontra-se publicada. Ver *Gabinete da Área de Sines*, folha de fundo...

posteriormente: por exemplo manter a série “Peças Desenhadas” ou criar mais séries, caso no conjunto documental se detecte a existência de várias colecções¹²⁴.

Nas ODA a definição de série diz-nos que “é o conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma actividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização.”¹²⁵ Factores como a tipologia ou a utilização¹²⁶, no decorrer dos projectos e levantamentos, fazem com que o conjunto de documentos possam enquadrar-se ao nível da série, não sendo totalmente desprovido de sentido, mas a necessitar de tratamento arquivístico mais aprofundado ao nível do contexto.

Outra questão que obrigou a criar soluções, relacionou-se com o preenchimento dos elementos de informação Datas de Produção. Na maioria dos casos, os documentos descritos (ao nível do documento simples) continham apenas uma data singular. Este caso obrigou a que se repetisse a informação, relativamente à data singular, nas datas de início e fim. A ferramenta informática não permitiu coincidir as datas num único campo de preenchimento. Nos casos em que se desconhece a data completa, mas apenas o mês e ano do documento, a informação, como é de preenchimento obrigatório, deve substituir-se por “00”. Estas questões foram discutidas nos relatórios finais relativos ao Projecto DigitArq¹²⁷.

O DigitArq é um software construído de forma a corresponder à norma de descrição internacional, transposta para a realidade nacional na forma das ODA. Deste modo, não existe espaço para se reinventar a norma, ou seja, o *software* não permite criar soluções que possam parecer adequadas a alguns tipos de documentos. O objectivo da normalização é precisamente o oposto. Por outro lado, surgem situações que levam a reflectir sobre o porquê de algumas decisões tomadas sobre os níveis de

¹²⁴ Esta questão foi desenvolvida posteriormente, *vide infra* p. 56.

¹²⁵ *Orientações para a Descrição Arquivística...*, p. 55.

¹²⁶ O conjunto documental de peças desenhadas foi criado intencionalmente como instrumento de trabalho, correspondendo a um processo de arquivagem próprio.

¹²⁷ ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – *Projecto DigitArq: Módulo Conversão/Descrição* [Em linha]. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 2004 [Consultado 3 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/1-5_descricao.pdf>, ver 3.4.1 *Datas Extremas*.

descrição e como interpretar as pistas nos documentos para tentar transpor dificuldades geradas pelo desconhecimento do contexto. A questão relativa aos níveis de descrição, por ser específica e por transcender o *software* utilizado será abordada em sub-capítulo próprio¹²⁸.

Ressalvamos que, nos relatórios de descrição gerados pelo DigitArq, o elemento de informação que está designado como “nome do produtor” corresponde ao “autor intelectual”. Esta anomalia encontra-se presente em todos os registos de descrição em apêndice.

No registo descritivo da série Peças Desenhadas, com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009, foi omitido o elemento de informação “Nota do Arquivista” que preenchemos com a seguinte informação:

- Título: Fontes e bibliografia

Data: 11-06-2012

Fonte utilizada para os elementos de informação Dimensão e Suporte e Tradição Documental: "Architecture Plan Copying: Why Blueprints Aren't Blue Now" [em linha]. San Francisco, CA: Hubpages. [Consult. 11 Jun. 2012].

Disponível em WWW: <URL: <http://aethelthryth.hubpages.com/hub/architecture-plan-reprographics>>

Fonte utilizada para o elemento de informação Âmbito e Conteúdo: Guia de remessa da documentação.

Bibliografia utilizada para o elemento de informação Tipologia Documental: VEIGA DA CUNHA, Luís, Desenho Técnico, 15ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, 854 p. (Serviço de Educação e Bolsas). ISBN 978-972-31-1066-1

O elemento de informação Nota do Arquivista foi preenchido no nível da série para abranger todos os registos descritivos criados abaixo deste nível. Por lapso não preenchemos que a descrição foi modificada por nós. O DigitArq regista o nome de utilizador que procede à criação dos registos e à sua respectiva modificação.

¹²⁸ Vide *infra*, p. 57.

III.2 – Peças desenhadas: questões de organização

O primeiro contacto com a amostra de peças desenhadas para descrever não se deteve apenas na interpretação das mesmas, na tradução de símbolos e na sua leitura geral. Surgiram dúvidas em como abordar a descrição multinível, sendo certo, mas não comprovado, que estávamos perante plantas, mapas, estudos de ordenamento pertencentes às execuções de empreitadas do GAS. Sendo que as peças desenhadas estavam todas juntas, compondo uma colecção, os processos de obra estariam noutra série do fundo, relacionada com as execuções de empreitadas, tornando-se certo que as peças desenhadas foram mantidas juntas para efeitos de uma recuperação mais eficaz da informação, satisfazendo as exigências dos trabalhos. Essa condição dos documentos pode comprovar-se por possuírem numeração própria, sequencial, atribuída pela entidade produtora. Contudo, nem todas as peças foram numeradas e aparecem soltas, juntamente com as que foram numeradas. Desconhecemos o critério para a ocorrência, rara, deste género de casos, nem como seria possível proceder à recuperação desses desenhos não numerados¹²⁹.

Quando começámos a executar a nossa tarefa, foi-nos transmitida a informação de que a documentação relativa às peças desenhadas, foi incorporada apresentando alguma desorganização, o que levaria a crer que as unidades de acondicionamento poderiam conter documentos díspares e não necessariamente relacionados uns com os outros, ou seja, podendo não pertencer à mesma acção/projecto.

Com essa situação em mente e com a observação dos documentos, em cada unidade de acondicionamento, verificámos que nalgumas situações, o contrário era visível. Ou seja, estávamos perante peças, numa unidade de acondicionamento, ou em várias, que correspondiam ao mesmo projecto. Foi possível comprová-lo pelo título do projecto na legendagem, as assinaturas de desenhadores e responsáveis, os autores intelectuais e materiais do desenho, as características do suporte, a especialidade à qual o desenho correspondia, a numeração das folhas, entre outras pistas susceptíveis

¹²⁹ Os registos de descrição com código de referência PT/ADSTB/GAS/11-5/009/000027 até /000032 não têm numeração atribuída por parte da entidade produtora. A cotação e classificação pertencentes a esses desenhos foram atribuídas pela entidade à qual foi encomendado o projecto, pelo que não preenchemos o elemento de informação destinado à “Cota Original”.

de conduzir à conclusão que estávamos perante desenhos que correspondiam a um projecto específico. Um dos exemplos mais relevantes será o projecto para a rede eléctrica do centro urbano de Santo André, com códigos de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000012 até /000024, em apêndice. As peças descritas neste intervalo remontam ao mesmo projecto, por algumas das razões acima descritas. Contudo, a questão que engloba o facto de estarmos ou não perante peças pertencentes ao mesmo projecto nem sempre teve comprovação fácil, pelo que apenas levantamos algumas hipóteses.

Relativamente à numeração das folhas, no exemplo do projecto para a rede eléctrica da cidade de Santo André, existem duas ocorrências: um número atribuído pelo GAS e um número de folha atribuído pela empresa responsável pela criação do projecto. Existem casos em que o número atribuído pelo GAS, em desenhos pertencentes ao mesmo projecto, não acompanha a sequencialidade das numerações das folhas. Este caso levanta a dúvida sobre se estaríamos perante um projecto ou vários. Porém, acondicionado com as restantes peças desenhadas, é encontrado um índice¹³⁰, no registo PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/00019 – que é uma peça escrita, por conveniência descrita dentro da mesma “série” de Peças Desenhadas¹³¹ – discriminando as especialidades do projecto da rede eléctrica: arquitectura, estrutura e electricidade.

Os números atribuídos pelo GAS, sequenciais, para identificação de peças relativas a determinada especialidade, deixam de sê-lo quando os desenhos passam a outra especialidade, ainda dentro do mesmo projecto, o que leva a crer que a colecção de peças desenhadas estará numerada segundo um critério que também pode englobar as especialidades dos projectos. Confronte-se as descrições com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000015 e /000016. Desta forma encontramos perante uma ou mais colecções? Presumimos, inicialmente, que os desenhos correspondentes aos registos de descrição PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000012 até /000015 pertencem ao mesmo projecto que os registos /000016 até /000024.

¹³⁰ Pertencente ao projecto para a rede eléctrica do centro urbano de Santo André, que tomamos como exemplo.

¹³¹ Porque se encontra acumulada com as restantes.

Na amostra de documentos descritos não foi possível observar uma quantidade aceitável de desenhos de especialidade para concluirmos o posicionamento em relação ao problema. Porém, decorrente da discrepância entre a numeração de desenhos dentro do mesmo projecto, que tomamos como exemplo, é possível que tenha existido inicialmente uma preocupação em atribuir numerações diferentes a especialidades diferentes, sempre sequenciais. Em suma, o conjunto documental pode ser composto por várias colecções e não apenas uma, correspondendo a este critério (que levantamos como hipótese) e a outros que não chegámos a identificar.

Esta experiência, relativamente a desenhos que correspondem ao mesmo projecto, conduziu à dúvida sobre como descrever os documentos e qual a opção mais viável e lógica para responder a uma necessidade de “juntar as peças”, agregando-as intelectualmente. A nossa necessidade inicial centrou-se na extracção do significado conjunto dos grupos de peças relativas à mesma acção e que a colecção pudesse, através do tratamento intelectual, ganhar forma e contexto, na relação das peças entre si, quando essa relação era possível.

III.2.1 – Níveis de descrição

Surgiu a dúvida sobre que nível de descrição adoptar, considerando que “Não existe consenso, entre os arquivistas portugueses, nem mesmo dentro de cada entidade detentora ou serviço de arquivo, no que diz respeito aos níveis de descrição a adoptar, nem à definição dos conceitos utilizados para os designar. Com frequência, realidades documentais em tudo idênticas são descritas a diferentes níveis. Considere-se, no entanto, que a normalização da descrição passa também pela normalização dos níveis de descrição.”¹³²

Entendemos por projecto de arquitectura (*i.e.* apenas o conjunto de peças desenhadas criadas para um determinado fim), conjuntamente com os desenhos de especialidade, um documento simples, por ser uma unidade arquivística; um documento com uma estrutura comum, que pode englobar vários autores, mas que é idêntico em estrutura a um relatório ou uma carta. É constituído por várias peças, que podem ser descritas individualmente. A datação do documento representa o início e o

¹³² *Orientações para a Descrição Arquivística...*, p. 55, nota 34.

final da acção e situam-no temporalmente numa relação interna, de uns para outros, assim como em relação temporal e causal com o conjunto de peças escritas, que constitui por si um documento composto, já noutro momento da acção documental¹³³, decorrente de outro processo de acumulação, cumprindo objectivos distintos, ao qual pertence o conjunto de peças desenhadas.

Deste raciocínio extraímos dois cenários: o das peças desenhadas enquadradas numa colecção de desenhos, juntamente com outras peças, com numeração sequencial, criada artificialmente para um determinado fim¹³⁴; e o das peças desenhadas juntamente com as peças escritas, onde se enquadram em relação a outros documentos resultantes da tramitação de um processo relativo a uma dada construção.

De início foram criados alguns registos de descrição tendo em conta este princípio de que um projecto era um documento simples. Como o DigitArq apresentava a impossibilidade de descrever o documento simples - num nível - mais os seus componentes - num nível abaixo - foram preenchidos os elementos de informação obrigatórios, segundo as ODA, e o título do documento simples seria o título do projecto, com cada peça descrita em “Âmbito e Conteúdo”, como fazendo parte desse projecto ou levantamento. Esta abordagem não foi aceite pelo ADSTB, em parte.

Segundo as ODA 2ª versão, ou seja, o normativo em vigor para descrição arquivística de documentos no ADSTB, a ideia de documento simples refere-se à “(...) mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível (...)”¹³⁵, e não condiz com a existência de um conjunto de peças desenhadas, mesmo referentes ao mesmo projecto, nos casos em que estas representam algo que começa e termina em si (*i.e.* um desenho de arquitectura que represente algo, como alçados ou cortes, e cuja representação em si não seja constituída por diversas folhas). A presença de diversas especialidades, correspondentes ao desenho técnico, na criação do documento, e das diferentes peças que compõem o projecto, levou ao entendimento, dentro da política

¹³³ Distinto daquele em que nos situamos no âmbito da nossa actividade de descrição.

¹³⁴ Correspondendo à realidade que estamos a trabalhar na colecção de peças desenhadas do GAS.

¹³⁵ *Idem*, p. 301.

de descrição do ADSTB, que todo este conjunto é *composto* e como tal intelectualmente divisível, não podendo ser descrito como documento simples.

Para ilustrar esta ideia, as ODA definem documento composto como “unidade organizada de documentos, agrupados quer para utilização corrente pelo seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, por se referirem a um mesmo assunto, actividade, transacção ou tramitação própria. São documentos compostos os processos (cíveis, crime, orfanológicos, de habilitação, de pessoal, de obras, entre outros), os dossiers informativos, os documentos não lineares, etc.”¹³⁶

Destacamos duas questões: diferentes entendimentos sobre o que é “intelectualmente indivisível”, e ideias diferentes sobre se a peça pode ser distinta, ou não, do documento simples (*i.e.* entendida como nível de descrição). Nas RAD, a definição de item (peça) surge como “(1) An archival unit that can be distinguished from a group and that is complete in itself; (2) A LEVEL OF DESCRIPTION. (*Pièce*)”.¹³⁷ Ou seja, na tradição arquivística canadiana, a peça é a unidade arquivística que se destaca de um grupo de documentos, podendo um documento simples ser constituído por várias peças.

Todavia, tal como nas ODA é reconhecido que não existe consenso entre os arquivistas nesta matéria, no glossário de terminologia arquivística da SAA, é corroborada essa mesma ideia: “(...) a decision about the boundaries of an item is sometimes ambiguous; a photograph album may be considered an item, and the individual photographs within the album may also be considered items. Items are generally considered to be the smallest archival unit”.¹³⁸ Nas ODA, porém, a noção de peça não é contemplada como nível de descrição, mas sim a de documento simples.

Em acordo com o ADSTB foram apresentadas duas soluções para o problema: ou mantínhamos o registo de descrição tal como imaginámos inicialmente, agregando intelectualmente peças desenhadas pertencentes a um dado projecto, alterando-se o nível de descrição para documento composto; ou descrevia-se peça a peça, atribuindo-

¹³⁶ *Idem*, p. 300.

¹³⁷ *Rules for Archival Description...*, p. D-6.

¹³⁸ SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS – *Glossary of Archival and Records Terminology* [Em linha]. [Consultado 5 OUT 2012]. Disponível em WWW: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/i/item>>

se o nível de documento simples. Caso optássemos pela solução do documento composto criava-se ainda outro problema: devido à quantidade de peças desenhadas existentes no fundo do GAS, não seria possível confirmar que um projecto era constituído por determinado número de peças, sem analisar toda a colecção. Caso o registo de descrição fosse publicado em DigitArq poderia induzir o utilizador final em erro sobre os componentes presentes na unidade de descrição.

Como no âmbito do nosso estágio era inviável analisarmos todas as peças desenhadas pertencentes à colecção e reconstituir intelectualmente todos os projectos, optámos por aplicar a descrição peça a peça, como documento simples, fazendo a ligação entre peças através dos títulos, ou em informações contidas no elemento de informação “Âmbito e Conteúdo”, caso pertencessem a projectos comuns.

Para concluir a questão, existem dois pontos relevantes: o momento documental em que se considera determinado documento composto ou simples e o respeito pela ordem atribuída pela entidade produtora num determinado momento de acumulação. Ou seja, apesar dos diferentes entendimentos sobre os níveis de descrição que explicitámos acima, existem momentos da produção documental em que o projecto, estudo ou levantamento, é entendido como documento simples ou enquadrado num documento composto. Integrado no conjunto de peças escritas, o projecto, composto por todas as peças desenhadas que lhe dão corpo, está mantido num conjunto de relações com outros documentos escritos. A unidade arquivística é, neste caso, o documento composto. Para ilustrar o primeiro caso, por exemplo, o conjunto de peças desenhadas entregue pelo autor intelectual ao GAS, no decurso da encomenda de um trabalho, é um documento simples¹³⁹.

No âmbito do processo de arquivagem na colecção de peças desenhadas do GAS, em que os desenhos são numerados e acumulados peça a peça, encontramos-nos no registo da peça (*i.e.* documento simples, segundo a norma que seguimos) e concluímos que esse seria o mais adequado para representar a ordem original na qual a documentação foi mantida, no decurso de determinada actividade.

¹³⁹ Para o nosso entendimento sobre a unidade arquivística correspondente a um projecto ou estudo *vide supra*, p. 57.

Evitámos as agregações de desenhos por projecto, reconstituídas intelectualmente, que tínhamos pensado de início e mantivemos, ainda assim, uma ligação entre as peças, no registo de descrição, quando esta era explícita. Esta foi a forma mais lógica que encontrámos para representar, no registo de descrição, o sistema de organização original.

III.3 – Títulos

Segundo a 2ª versão das ODA, os títulos devem ser claros, sucintos, auto-explicativos e não devem confundir-se com a informação registada em “Âmbito e Conteúdo”. No caso das peças desenhadas (falando de documentos simples), os títulos formais, além de serem compostos, contêm na sua maioria informação pertinente. Numa peça podemos estar perante três tipos de títulos, em que um corresponde ao título da peça (o que representa), outro à tipologia, que remete indirectamente para a especialidade representada no desenho (*e.g.* estudo de ordenamento, rede eléctrica, etc.) e outro ao nome do projecto.

Os campos de descrição da ferramenta informática DigitArq não permitem distinguir os tipos de títulos adequados a esta tipologia documental. Obriga-nos a fazer adaptações que nos permitam compor títulos que não induzam o utilizador em erro mas que sejam o ponto de partida para uma visão esclarecedora do registo de descrição. Tomemos o título como uma primeira impressão de um objecto. A primeira impressão deve fazer jus relativamente ao que o objecto é, reservando, obviamente, uma parte desse juízo à subjectividade, quando se trata de atribuir títulos.

Em suma, as decisões tomadas relativamente aos títulos das peças desenhadas tiveram em consideração os seguintes factores:

- A designação da peça (*e.g.* o seu título formal; o que representa);
- A designação do projecto, caso exista;
- A referência à tipologia (*e.g.* o assunto de determinada análise).

Reservámos informação importante como o número da folha ou o número do desenho para o elemento “Âmbito e Conteúdo”, visto que, para o utilizador, seria menos relevante que essa informação aparecesse no primeiro contacto com a

descrição do documento. Foi uma solução não tomada desde início e discutida com o ADSTB, visto que números de folhas e números de desenho não pertencem a títulos nos campos de legendagem, segundo a NP 204:1968¹⁴⁰. Porém, existiram situações em que foi necessário extrair informação que logicamente pertenceria ao campo “Âmbito e Conteúdo”, de modo a que o utilizador reconheça facilmente o conteúdo da peça.

III.4 – Identificação do suporte

A identificação do suporte constituiu uma das características mais difíceis de comprovar devido à ausência de formação que possuímos nesse sentido. Por não existir um profissional especializado neste tipo de documentação no ADSTB, a principal fonte de informação foi o documento e as ocorrências a nível de inscrições que revelaram a técnica de reprodução por trás do suporte.

O registo de descrição com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000003, referente a uma Carta de Medidas de Protecção, continha a inscrição *ozalid 533*. Desconhecemos o significado dos números mas a reprodução de desenhos por via deste processo era usual na época. Consistia na impressão de imagens positivas em papel ou outros materiais transparentes (*e.g.* película de poliéster), assemelhando-se à técnica fotográfica. O suporte é envolvido num componente à base de sais diazóticos¹⁴¹ e exposto à luz ultravioleta. A revelação é efectuada com vapor de amoníaco que transforma as linhas brancas do desenho em linhas negras ou azuis¹⁴².

Ozalid é um anagrama da palavra diazol e uma marca registada¹⁴³, conhecida por aplicar este mesmo processo de impressão. Nem todos os desenhos com a marca Ozalid foram descritos como cópias. A maioria dos desenhos pertencentes à amostra que descrevemos tinham as mesmas características físicas que os suportes inscritos

¹⁴⁰ GONÇALVES, L., NORTE PINTO, N. – *Desenho Técnico: Curso de Engenharia Civil* [Em linha]. Leiria: Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 2006/07. [Consultado 27 JUL 2012]. Disponível em WWW: <http://www.estg.ipleiria.pt/files/305618_DT%20cap1_06_0_45193b52469c6.pdf>

¹⁴¹ ARQUIVO NACIONAL – *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 [Consultado 6 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>, p. 89.

¹⁴² *Architecture Plan Copying: Why Blueprints Aren't Blue Now* [Em linha]. San Francisco, CA: Hubpages. [Consultado 06 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://aethelthryth.hubpages.com/hub/architecture-plan-reprographics-pt2>>

¹⁴³ *Ozalid: trademark details* [Em linha]. [Consultado 6 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://trademarks.justia.com/73798/ozalid-73798177.html>>

com Ozalid, o que levou a inferir que seriam cópias, na maioria em película de poliéster, com impressão em cor castanha ou preta. O estado amarelecido dos suportes permitiu distinguir quando, no mesmo tipo de suporte, era desenhado algum elemento, ou criada alguma colagem. Nestes casos o documento foi descrito como original, como exemplificam os registos descritivos PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000003 e PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000005.

Apesar das cópias e desenhos em película predominarem, alguns suportes foram descritos como sendo papel vegetal. Não respeitámos, por lapso, a coerência no respeitante à designação do suporte, sendo que nas descrições onde consta “papel” queremos dizer “papel vegetal”. Esta situação ocorreu devido a algumas dúvidas relativamente ao tipo de papel com o qual estávamos a lidar e se a sua gramagem poderia indicar que não se trataria de papel vegetal. Por estarmos a lidar com alguns papéis transparentes sem certezas quanto à designação correcta, discutimos com o ADSTB e optou-se, já tardiamente, pela designação “papel”. Ver exemplo com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000028, que foi descrito como cópia devido às semelhanças com as cópias Ozalid.

III.5 – Outros elementos de informação

Nem todos os elementos de informação nos registos de descrição carecem de justificação como aqueles que foram especificados nos sub-capítulos anteriores. Todos os registos de descrição foram criados segundo as ODA 2ª versão e foram preenchidos os elementos de informação obrigatórios: “Título”, “”Datas de Produção”, “Dimensão e Suporte”, “Idioma e Escrita”, “Cota Actual”. Os elementos “Código de Referência”, “Código do País”, “Código do Repositório”, “Repositório”, “Data da Descrição”, são preenchidos automaticamente pelo DigitArq. Os campos “Criado por”, “Data da última modificação”, “Modificado por”, são automatizados pelo *software*.

III.5.1 – Autorias

Do conjunto de elementos de informação disponíveis para preenchimento no DigitArq, na Zona de Contexto, consta o “Autor Intelectual” e o “Autor Material”. Sendo que ambos os campos eram de importância incontornável para descrever os documentos foi imperativo consultar a 3ª versão das ODA, para tomarmos contacto

com as notas de aplicação, visto que a 2ª versão não apresentava informação nesse sentido. De acordo com a informação contida na norma, é “(...) autor intelectual (quem planeia o ato mas que não está necessariamente presente na ação) e o autor material (pessoa encarregue da redação de um documento).”¹⁴⁴

Aplicado ao universo da nossa documentação, entendemos como autor intelectual a empresa que idealizou um projecto, levantamento, entre outros, e como autor material o responsável pela execução física do desenho, ou seja, o desenhador, engenheiro, ou outro profissional. O GAS recorria aos serviços de outros organismos para criação de alguns estudos, levantamentos ou projectos.

Nas situações em que não vem designada essa informação ou que o projecto vem associado a uma divisão do GAS, a informação foi registada em “Âmbito e Conteúdo”. As siglas foram desdobradas nos casos em que conseguimos apurar essa informação. Tome-se como exemplo o registo de descrição com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-05/009/000043, cujo estudo de ordenamento tem como autor intelectual a empresa Prof. Caldeira Cabral Associados Estudos e Projectos LDA. e como autor material o desenhador E. Martins Ramón.

III.5.2 – Tipologia documental

As tipologias documentais que caracterizam a amostra de documentação descrita foram identificadas de acordo com os dados presentes no sub-capítulo *Caracterização e Identificação do Objecto de Estudo*¹⁴⁵, do presente relatório. As fontes de informação foram bibliografia especializada¹⁴⁶ e as próprias unidades de descrição, pelas quais, devido às características gráficas e temáticas, foi possível apurar a que tipologia pertenciam. Foram identificadas cartas topográficas, planos gerais, mapas urbanos, esquemas, plantas de localização, desenhos de conjunto, tabelas, plantas de fundação, desenhos de pormenor, redes eléctricas, perfis, mapas climáticos, mapas, cartas de síntese, cartas agrícolas, entre outras.

¹⁴⁴ DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a Descrição Arquivística* [Em linha]. 3ª versão. Lisboa: Ministério da Cultura, DGARQ, 2011. [Consultado 7 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf>, p. 98.

¹⁴⁵ *Vide supra*, p. 27.

¹⁴⁶ CUNHA, Luís Veiga da, *op.cit.* pp. 651-654.

III.5.3 – Números de desenho

Todos os desenhos foram numerados pela entidade produtora, ou seja, o GAS. A numeração é sequencial e foi registada no elemento de informação “Cota Original”, pois era o único elemento identificador do desenho, atribuído pela entidade. Todavia, como foi exposto anteriormente, existem outras empresas envolvidas na autoria dos documentos e que teriam o seu próprio sistema de arquivo e recuperação de informação¹⁴⁷. Deste modo, também constam nos documentos os números atribuídos por essas entidades e em alguns casos, o número de trabalho e o número de folha, como exemplificado no registo de descrição PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000085, no elemento de informação “Âmbito e Conteúdo”.

III.5.4 – Assinaturas

À semelhança das notas de aplicação utilizadas para preenchimento dos elementos de informação correspondentes às autorias, também recorreremos à terceira versão das ODA para instruções sobre o preenchimento do elemento relativo a assinaturas. A função do assinante é sempre registada, assim como o seu nome, quando perceptível. Como exemplo, consulte-se as descrições com código de referência PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000016 e /000017.

III.6. – Em suma, sobre o acesso à informação

O resultado da descrição arquivística é apenas um representante do objecto que lhe deu origem, seja uma carta, um relatório ou um conjunto aleatório de peças desenhadas. É por este motivo que, para evitar a diversidade de interpretações sobre um documento, a descrição é normalizada, embora esteja longe de homogeneizar os registos de descrição resultantes desse processo. Todavia, o alinhamento entre as abordagens de diferentes arquivistas sobre a posição de um documento num fundo documental não é apenas resultado da aplicação de regras mas também pelas políticas de descrição instituídas pela organização que as gera.

¹⁴⁷ Levantamos a hipótese de algumas destas empresas deterem os desenhos originais, pois muitos dos documentos que descrevemos eram cópias. Num processo consultado no ADSTB relativamente a uma Proposta do Estudo de Base de Ordenamento Geral da Zona Ecológica Especial, da empresa Prof. Caldeira Cabral Associados Estudos e Projectos LDA., os desenhos, dobrados e inseridos no processo, também eram cópias.

Qualquer margem de interpretação, significativa ou não, não deve ser entendida como geradora de ruído, mas sim como um campo aberto a possibilidades que criam momentos para a reflexão sobre as práticas descritivas e sobre como enriquecer os referenciais existentes na comunidade arquivística.

A opção por maior ou menor granularidade na descrição encerra (também) uma noção do que o arquivista entende como informação pertinente, útil para o utilizador e que consista numa representação próxima do resultado esperado. O registo de descrição gera uma expectativa e, no universo das descrições de documentos simples, que supostamente geram descrições mais granulares, quanto maior coincidência existir entre o representante e o representado, ou seja, entre a descrição e o documento, mais pontos de contacto serão criados para uma recuperação precisa de documentos de arquivo.

Entendemos que a informação de arquivo, assim como todo o universo da informação, deve ser alinhada tanto quanto possível com a democratização do seu acesso, que também passa pelo entendimento das funções do arquivista como comunicantes e dirigidas a uma comunidade de receptores potencialmente diversa.

CONCLUSÃO

O relatório de estágio apresentado foi resultado de um esforço em aliar a execução de actividades num contexto organizacional e o seu enquadramento teórico com o objectivo de produzir um trabalho científico. Do resultado desse esforço encontrámos um ponto de partida para o desenvolvimento de algumas questões relacionadas com descrição de documentos de arquivo, com interpretação de normas de descrição, com o trabalho no seio de um arquivo público e com a decomposição das problemáticas encontradas ao longo da actividade executada.

Procurámos efectuar um enquadramento institucional da entidade produtora – o GAS – e cremos que a valorização do património industrial, da qual faz parte, passará também pela valorização dos documentos por si produzidos e mantidos como testemunho das suas actividades enquanto ainda se encontrava no período activo.

A riqueza tipológica da colecção de peças desenhadas conduziu à enunciação de algumas práticas que considerámos mais adequadas, por um lado, para transpor a difícil barreira da interpretação, e por outro, para produzir registos de descrição que expressassem a especificidade destes documentos, ao nível da forma e do conteúdo, em articulação com as normas de descrição vigentes.

Procurámos transmitir o resultado de pesquisas sobre a conservação preventiva, no geral, e o acondicionamento de documentos de grande formato, em particular, elencando um conjunto de boas práticas a considerar a este nível.

Considerando que o fundo documental do GAS, no ADSTB, ainda se encontra com o tratamento arquivístico em curso, muito trabalho ainda se encontra por concretizar. Outro objectivo a concretizar será a digitalização dos documentos, o que enriquecerá de forma única os registos de descrição escritos maximizando a eficácia do acesso a informação pertinente.

No domínio do conjunto documental das peças desenhadas, apenas introduzimos a questão, pois mais aprofundamento no tratamento intelectual dos documentos preencherá lacunas ao nível do conhecimento sobre a sua organização e o seu conteúdo. Esperamos que o nosso contributo se revele útil para a prossecução desse empreendimento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ivone [et. al], *Dicionário de Terminologia Arquivística*, Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993

Architecture Plan Copying: Why Blueprints Aren't Blue Now [Em linha]. San Francisco, CA: Hubpages. [Consultado 06 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://aethelthryth.hubpages.com/hub/architecture-plan-reprographics-pt2>>

ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Fundos e Coleções* [Em linha]. [Consultado 28 NOV 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://adstb.dgarq.gov.pt/files/2010/09/Fundos-e-colecoes.pdf>>

ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Gabinete da Área de Sines*, [Em linha]. [Consultado 09 FEV 2012] Folha de fundo. Disponível em WWW: <URL: <http://digitarq.adstb.dgarq.gov.pt/details?id=1199334>>

ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Gabinete da Área de Sines*, Planos gerais de actividade. Plano de Actividades para 1984. Cx. 383. 1973-1984

ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL – *Gabinete da Área de Sines*, Proposta do Estudo de Base de Ordenamento Geral da Zona Ecológica Especial, Cx. 4659, 19-09-1980

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – *Projecto DigitArq: Módulo Conversão/Descrição* [Em linha]. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 2004 [Consultado 3 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/1-5_descricao.pdf>

ARQUIVO NACIONAL – *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 [Consultado 6 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>

Breve História do Complexo Industrial [Em linha]. [Consultado 09 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.sines.pt/PT/Concelho/Historia/complexo/Paginas/default.aspx>>

Cidade de Vila Nova de Santo André [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.santoandre.pt/>>

COMITÉ DE NORMAS DE DESCRIÇÃO – *ISAD(G): Norma Internacional de Descrição Arquivística* [Em linha]. 2ª Ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002 [Consultado 24 SET 2012]. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>>

COOK, Michael – *Description Standards: The Struggle Towards the Light*, in *Archivaria*, nº 34, 1992 [Em linha]. [Consult. a 05 de Dez. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11840/12792> >

CUNHA, Luís Veiga da, *Desenho Técnico*, 15ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, (Serviço de Educação e Bolsas)

Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de Maio [Em linha]. [Consultado 27 JUL 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://dgarq.gov.pt/files/2012/05/Decreto-Lei_-1032012_organica-DGLAB.pdf>

Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro [Em linha]. [Consultado 28 NOV 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DL_016_93.htm>

Decreto-Lei n.º 270/71 de 19 de Junho [Em linha]. [Consultado 09 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/1971/06/14300/09120918.PDF>>

Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março [Em linha]. [Consultado 28 NOV 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/09/93_2007.pdf>

Decreto-Lei n.º 73/95 de 28 de Fevereiro [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dre.pt/pdf1s%5C1975%5C02%5C05001%5C00010003.pdf>>

Despacho (extracto) n.º 18 834/2007 22 de Junho [Em linha]. [Consultado 28 NOV 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://dre.pt/pdf2sdip/2007/08/161000000/2407724077.pdf>>

Despacho n.º 9339/2012 de 27 de Junho [Em linha]. [Consultado 27 JUL 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://dre.pt/pdf2sdip/2012/07/133000000/2438024381.pdf>>

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a Descrição Arquivística* [Em linha]. 3ª Versão. Lisboa: Ministério da Cultura, DGARQ, 2011. [Consultado 7 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf>

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a Descrição Arquivística* [Em linha]. 2ª versão. Lisboa: Ministério da Cultura, DGARQ, 2007. [Consultado 10 JAN 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>>

DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – *Parecer sobre avaliação de documentos* [Em linha]. [Consultado 29 NOV 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://dgarq.gov.pt/servicos/parecer-sobre-avaliacao-de-documentos/>>

DURANTI, L. – *Origin and Development of the Concept of Archival Description*, in *Archivaria*, nº 35, 1993. [Em linha]. [Consult. a 19 de Dez. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>>

DURANTI, L., *Diplomatics: New Uses For an Old Science*, Maryland: The Scarecrow Press, 1998

EASTWOOD, T., MacNeil, H., (Ed.), *Currents of Archival Thinking*, California: Libraries Unlimited, 2010

EHRENBERG, Ralph E., *Archives & Manuscripts: Maps and Architectural Drawings*, Chicago: Society of American Archivists, 1982, (Basic Manual Series)

Fases do projecto [de arquitectura] [Em linha]. [Consultado 25 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://ecobuilders.wordpress.com/fases-do-projecto-e-honorarios/>>

Geomatics and GIS: Definitions and Scope [Em linha]. London: MIM Centre, School of Informatics, 2000-2002. [Consultado 25 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://healthcybermap.org/HGeo/pg2_1.htm>

GONÇALVES, L., PINTO, N. Norte – *Desenho Técnico: Curso de Engenharia Civil* [Em linha]. Leiria: Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 2006/07. [Consultado 27 JUL 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.estg.ipleiria.pt/files/305618_DT%20cap1_06_0_45193b52469c6.pdf>

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS – *Guidelines for the Application of the ISBDs to the Description of Component Parts* [Em linha]. London: IFLA UBCIM Programme: British Library Bibliographic Services, 1988. [Consultado 24 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/isbd/component-parts.pdf>>

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS – *ISBD(CM): International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials* [Em linha]. Stockholm, Sweden: Göran Bäärnhielm, The Royal Library, May 1999. [Consultado 24 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/VII/s6/news/isbd.pdf>>

KEEP SOLUTIONS – *DigitArq: Software de Gestão de Arquivos Definitivos* [Em linha]. [Consultado 1 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.keep.pt/?page_id=289>

LARSGAARD, Mary L., *Map Librarianship: An Introduction*, 2ª ed. Littleton: Libraries Unlimited Inc., 1987

LIBRARY AND ARCHIVES CANADA – *Managing Cartographic, Architectural and Engineering Records in the Government of Canada* [Em linha]. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.collectionscanada.gc.ca/007/002/007002-2050-e.html>>

MILLER, Fredric M., *Arranging and Describing Archives and Manuscripts*, Chicago: Society of American Archivists, 1990, (Archival Fundamentals Series)

NESMITH, Tom – *Archives from the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship*, in *Archivaria* n.º 14, 1982 [Em linha]. [Consult. a 11 de Jul. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10937/11869>>

NORTHEAST DOCUMENT CONSERVATION CENTER – *Preservation Leaflets: Storage Solutions for Oversized Paper Artifacts* [Em linha]. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.nedcc.org/resources/leaflets/4Storage_and_Handling/09OversizedArtifacts.php>

Ozalid: trademark details [Em linha]. [Consultado 6 OUT. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://trademarks.justia.com/737/98/ozalid-73798177.html>>

PARRY, R. B., PERKINS, C.R., (Ed.), *The Map Library in the New Millenium*, London: Library Association Publishing, 2001

PLANNING COMMITTEE ON DESCRIPTIVE STANDARDS – *Rules for Archival Description* [Em linha]. Ottawa, Canada: Bureau of Canadian Archivists, 1990, revised July 2008. [Consultado 24 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.cdncouncilarchives.ca/rad/radcomplete_july2008.pdf>

Portaria n.º 394/2007, de 30 de Março [Em linha]. [Consultado 23 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/06400/20332033.PDF>>

Portaria n.º 504/2002 de 30 de Abril [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.dre.pt/pdf1s%5C2002%5C04%5C100B00%5C41434143.pdf>>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/85 de 10 de Julho [Em linha]. [Consultado 12 AGO 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://pt.legislacao.org/primeira-serie/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-o-34-85-sines-desenvolvimento-maior-existent-83352>>

RUNA, L., *Orientações para a Descrição Arquivística: normalizar para partilhar e recuperar*, Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, SD

SHELLENBERG, T. R. – *Modern Archives: Principles and Techniques* [Em linha]. Chicago: Society of American Archivists, 2003. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível

em WWW: <URL: <http://www2.archivists.org/sites/all/files/ModernArchives-Schellenberg.pdf>>

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Arquivística. Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, vol. I., Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS – *Glossary of Archival and Records Terminology* [Em linha]. [Consultado 5 OUT 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www2.archivists.org/glossary/terms/i/item>>

STIBBE, Hugo – *Implementing the Concept of Fonds: Primary Access Point, Multilevel Description and Authority Control*, in *Archivaria* nº 34, 1992 [Em linha]. [Consult. a 11 de Jan. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11844/12796>>

THIBODEAU, Sharon – *Archival Context as Archival Authority Record: The ISAAR (CPF)*, in *Archivaria* nº 40, 1996 [Em linha]. [Consult. a 11 de Dez. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12097/13084>>

Understanding Topographic Maps [Em linha]. [Consultado 23 SET 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://imnh.isu.edu/digitalatlas/geog/basics/topo.htm>>

Visual Resources: An International Journal of Documentation, [eBook], Helene E. Roberts (ed.), Amy M. McColl (guest ed.) vol. XI, N.º 1, Routledge: Gordon and Breach Publishers [1995]

APÊNDICE
Registos de Descrição

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009

Nível de descrição:	SR
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Peças desenhadas
Datas de produção:	1971-00-00 / 1983-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Dimensão e suporte:	16 rl. (min. 300 x 210mm; max. 850 x 1200mm); papel, película de poliéster.
Âmbito e conteúdo:	Contém peças desenhadas criadas por divisões do Gabinete da Área de Sines e/ou empresas de arquitectura e engenharia. Inclui levantamentos fotogramétricos, estudos topográficos, redes eléctricas, planeamentos gerais, estudos de ordenamento de zonas ecológicas especiais, cartas agrícolas e climáticas, plantas, alçados e cortes para infra estruturas da zona industrial de Sines, Santo André e localidades envolventes.
Idioma e escrita:	Português, inglês.
Características físicas e requisitos técnicos:	Alguns documentos encontram-se fragilizados ao nível do suporte.
Data da descrição:	2010-01-04 00:00:00
Criado por:	calmeida
Data última modificação:	2012-06-11 16:01:40
Modificado por:	ssantos
Tradição documental:	Originais e cópias

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000001

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000001
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral: alternativas para o corredor ferroviário na área de Santo André
Datas de produção:	1978-11-13 / 1978-11-13
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Dimensão e suporte:	1 f. (79 x 1110mm); papel vegetal
Âmbito e conteúdo:	Planta topográfica com representação de limites de áreas agrícolas e florestais, povoações e rede ferroviária. Legendado. Desenho original sobre matriz de cópia. Serviço: Divisão do Plano Director (D.T.D.) Desenho n.º 7581. Escala 1:10000
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-03-29 11:11:01
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 14:18:29
Modificado por:	ssantos
Cota original:	7581
Cota actual:	22/GAS-4810/13569
Tradição documental:	Original
Assinaturas:	Assinatura do responsável Jorge Portugal. Rubrica do desenhador e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000003

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000003
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Carta de medidas de protecção
Datas de produção:	1976-11-00 / 1976-11-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Dimensão e suporte:	1 f. (1660 x 880mm); papel ozalid
Âmbito e conteúdo:	Carta topográfica desenhada no âmbito do Decreto Lei n.º 613/76 de 27 de Julho para definição de medidas de conservação da Natureza. Representa áreas agrícolas, florestais, praia, área social e Áreas Ecológicas Especiais. Desenho original sobre matriz de cópia. Colagem de suportes. Serviço: D.U.P. Escala: 1:25000
Idioma e escrita:	Português
Características físicas e requisitos técnicos:	Suporte quebradiço nas zonas de colagem.
Data da descrição:	2012-03-30 11:33:15
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-04-26 17:24:00
Modificado por:	ssantos
Cota original:	6116
Cota actual:	22/GAS-4728/13487
Tradição documental:	Original
Inscrições:	Ozalid 533
Assinaturas:	Assinatura da responsável Maria Celeste Ramos. Assinatura do desenhador e rubrica da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000005

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000005
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral: proposta de ordenamento da área entre as ribeiras de Junqueira e Morgavel
Datas de produção:	1978-04-00 / 1978-04-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Dimensão e suporte:	1 f. (57 x 1150mm); papel ozalid
Âmbito e conteúdo:	<p>Plano geral que delimita a área industrial. Representa a estrada marginal, condutas de água, aldeamento, eixo do corredor da linha eléctrica de alta tensão e vias ferroviárias. Apresenta soluções para variantes da estrada nacional 120 com objectivo de criar acessos à E.T.A.</p> <p>Desenho original executado sobre matriz de cópia.</p> <p>Serviço: Divisão do Plano Director (D.T.D)</p> <p>Desenho n.º 6973</p> <p>Escala: 1:10000</p>
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-04 12:36:28
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 14:18:03
Modificado por:	ssantos
Cota original:	6973
Cota actual:	22/GAS-4727/13486
Tradição documental:	Original
Assinaturas:	Assinatura do responsável Jorge Portugal. Rubrica do desenhador e de aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000011

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000011
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Sines levantamento fotogramétrico [Mapa topográfico]
Datas de produção:	1971-00-00 / 1971-00-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	Artop - Aero-Topográfica, Lda.
Dimensão e suporte:	1 f. (64 x 1110mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Representação fotogramétrica de porção de terreno rural (na coordenada 137-109 N), onde constam marcos geodésicos de Pedras do Moinho e de Moinho de Chãos. No canto superior direito é reproduzida uma chaminé de fábrica não identificada.
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 11:28:37
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-05 15:04:11
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4746/13505
Tradição documental:	Cópia
Marcas:	Artop 1971

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000012

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000012
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Subestação provisória de Sines: ampliação [Rede eléctrica]
Datas de produção:	1973-10-02 / 1973-10-02
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	Rui Martins, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (610 x 850mm); papel vegetal e película de poliéster
Âmbito e conteúdo:	Representação de corte A-B na folha n.º 8. Serviço: DUJ Desenho n.º 1.429 Escala 1:50
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 11:48:42
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-15 15:11:06
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1429
Cota actual:	22/GAS-4882/13641
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Esquema
Assinaturas:	Assinatura do desenhador Rui Martins. Assinatura e rubrica do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000013

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000013
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Subestação de Sines 30/15 KV 2x5 MVA: esquema unifilar [Rede eléctrica]
Datas de produção:	1974-08-31 / 1974-08-31
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	Rui F. Martins, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (c. 300 x 420mm); papel vegetal
Âmbito e conteúdo:	Quadros de comando e controlo com relés indirectos e directos. Legendado. Desenho n.º 1427A. Folha n.º 6. Serviço: D.U.J.
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 12:22:24
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-17 16:23:44
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1427A
Cota actual:	22/GAS-4882/13641
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Esquema
Assinaturas:	Assinatura do desenhador Rui F. Martins. Rubrica e assinatura do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000014

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000014
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Subestações de Sines: localização [Rede eléctrica]
Datas de produção:	1973-11-23 / 1973-11-23
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	Rui Martins, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (295 x 595mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Localização das subestações de Sines representando ligações a estabelecer para linhas de 30kV. Serviço: D.U.J. Desenho n.º 1428. Folha n.º 7. Escala: 1:5000
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 13:10:16
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-05 13:09:28
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1428
Cota actual:	22/GAS-4882/13641
Tradição documental:	Cópia
Tipologia documental:	Planta de localização
Assinaturas:	Assinatura do desenhador Rui Martins. Rubrica e assinatura do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000015

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000015
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Subestação de Sines 30/15 KV 2x5 MVA: esquema unifilar [Rede eléctrica]
Datas de produção:	1973-11-21 / 1973-11-21
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	Rui Martins, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (c. 310 x 590mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Representa quadros de comando e controlo. Equipamento eléctrico legendado. Serviço: D.U.J. Desenho n.º 1.427 Folha 6.
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 13:27:06
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-15 15:29:30
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1427
Cota actual:	22/GAS-4882/13641
Tradição documental:	Cópia
Tipologia documental:	Esquema
Assinaturas:	Assinatura do desenhador Rui Martins. Rubrica e assinatura do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000016

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000016
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plantas, alçados e corte [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-07-00 / 1973-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Dimensão e suporte:	1 f. (1900 x 485mm); papel vegetal e película de poliéster
Âmbito e conteúdo:	Enquadrado no conjunto de desenhos relativos a posto de transformação e seccionamento n.º 1. Representa planta, coberturas, alçados laterais direito e esquerdo, alçados anterior e posterior, corte A-B, acabamentos. Folha n. 2. Processo n.º 7.2.027.7064 Serviço: D.U.J. Desenho n.º 1005. Folha2. Escala 1:50
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 13:49:27
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-15 16:26:29
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1005
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Desenho de conjunto
Inscrições:	Ozalid 533 na legenda do Gabinete da Área de Sines.
Assinaturas:	Rubricas do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000017

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000017
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Quadro de vigas. Lajes [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-05-29 / 1973-05-29
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	José Amaro Mateus, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (420 x 595mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Tabela organizada por secções, armaduras e respectivos esquemas. Representa desenhos de esquemas das vigas. Marcação de tensão no solo de fundação. Original desenhado sobre matriz de cópia. Desenho n.º 1009, folha n.º 102. Processo n.º 2.2.027.70.64 Serviço: D.U.J. Escala 1:20
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 14:09:57
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-16 14:36:23
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1009
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Desenho de conjunto
Assinaturas:	Assinaturas do desenhador José Amaro Mateus e do responsável José Cruz. Rubrica da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000018

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000018
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Pilares e viga de fundação [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-05-29 / 1973-05-29
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	José Amaro Mateus, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (420 x 595mm); papel
Âmbito e conteúdo:	<p>Representa desenhos de vigas de fundação numa tabela organizada por pisos, níveis e secções correntes.</p> <p>Enquadrado no conjunto de desenhos do posto de transformação e seccionamento n.º 1 para a cidade de Santo André.</p> <p>Original sobre matriz de cópia.</p> <p>Desenho n.º 1010, folha n.º 103</p> <p>Processo n.º 2.2.027.70.64</p> <p>Serviço: D.U.J.</p> <p>Escala 1:20</p>
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 14:21:32
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-16 14:31:04
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1010
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Tabela
Assinaturas:	Assinaturas do desenhador José Amaro Mateus e do responsável José Cruz. Rubrica da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000019

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000019
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Rede eléctrica centro urbano de Santo André posto de transformação e seccionamento n.º 1: projecto n.º 7-2-027-7064. Índice.
Datas de produção:	1973-00-00 / 1973-00-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Dimensão e suporte:	1 f. (420 x 295mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Índice apresentando diversas especialidades ao nível de arquitectura, estrutura e electricidade. Organizado por n.º de folha, escala e n.º de desenho. Encontra-se enquadrado numa unidade de acondicionamento que conjuga diversos desenhos no âmbito do projecto mencionado no elemento de informação "título".
Idioma e escrita:	Português
Notas:	Nota ao elemento de informação 'Datas de produção': o documento não se encontra datado pelo que se optou por designar um ano inferido através de documentação com o mesmo número de projecto.
Data da descrição:	2012-04-23 14:42:14
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-16 14:45:37
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Cópia
Tipologia documental:	Índice
Marcas:	Logótipo do Gabinete da Área de Sines.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000020

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000020
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Planta de localização [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-07-00 / 1973-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Dimensão e suporte:	1 f. (c. 300 x 210mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Localiza o trabalho a ser desenvolvido, enquadrado no conjunto de desenhos relativos ao posto de transformação e seccionamento n.º 1, para o centro urbano de Santo André. Original desenhado sobre matriz de cópia. Desenho n.º 1004, folha n.º 1. Projecto n.º 7.2.027.7064 Serviço: D.U.J. Escala: 1:2000
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 15:13:19
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-17 16:37:09
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1004
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Assinaturas:	Rubricas do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000021

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000021
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Estrutura de betão armado: dimensionamento geral [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-05-29 / 1973-05-29
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	José Amaro Mateus, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (600 x 840mm); papel vegetal
Âmbito e conteúdo:	Enquadrado no conjunto de desenhos do posto de transformação e seccionamento n.º 1. Representa Nível 0 - fundações. Níveis 1 e 2. Cortes C1 e C2. Desenho n.º 1008, folha n.º 101. Processo n.º 2.2.027.70.64 Serviço: D.U.J. Escala: 1:50
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 15:27:31
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-15 16:06:27
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1008
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Planta de fundação
Assinaturas:	Assinaturas do desenhador José Amaro Mateus, do responsável José Cruz. Rubrica da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000022

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000022
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Pormenor da janela J1: persianas e rede metálica [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-06-00 / 1973-06-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	Clemente(?), desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (595 x 840mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Enquadrado no conjunto de desenhos para o posto de transformação e seccionamento n.º 1 da cidade de Santo André. Original desenhado sobre matriz de cópia. Desenho n.º 1006, folha n.º 3. Processo n.º 7.2.027.70.64 Serviço: D.U. Escala 1:1
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 16:09:37
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-16 14:40:09
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1006
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Desenho de pormenor
Assinaturas:	Assinatura do desenhador Clemente(?) e da aprovação. Rubrica do responsável.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000023

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000023
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Equipamento: Plantas - Cortes [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-07-00 / 1973-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	Espada(?), desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (650 x 895mm); papel vegetal
Âmbito e conteúdo:	Enquadrado no conjunto de desenhos do posto de transformação e seccionamento n.º 1. Representa equipamento, plantas e cortes C1, C2, C3. Esquema unifilar. Ligação entre sistema eléctrico e aparelhos. Inclui legenda sobre equipamento. Serviço: D.U.J. Desenho n.º 1011, folha n.º 4. Escala 1:50
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-23 16:41:17
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-16 16:29:59
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1011
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Esquema
Assinaturas:	Assinatura do desenhador Espada(?). Rubrica do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000024

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000024
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Pormenor: porta de acesso P1 [Rede eléctrica centro urbano de Santo André]
Datas de produção:	1973-07-00 / 1973-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Autor material:	F. Santos, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (595 x 420mm); papel vegetal
Âmbito e conteúdo:	Enquadrado no conjunto de desenhos relativos a postos de transferência e seccionamento n.º1. Planta, alçado e corte C1. Projecto n.º 7.2.027.7064 Serviço: D.U.J. Desenho n.º 1007, folha n.º 4. Escala: 1:10
Idioma e escrita:	Português
Características físicas e requisitos técnicos:	O suporte encontra-se rasgado em duas zonas.
Data da descrição:	2012-04-23 17:00:25
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-05-15 15:51:32
Modificado por:	ssantos
Cota original:	1007
Cota actual:	22/GAS-4889/13648
Tradição documental:	Original
Tipologia documental:	Desenho de pormenor
Assinaturas:	Assinatura do desenhador F. Santos. Rubricas do responsável e da aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000027

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000027
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral, fase 1A-1986, revisão 1. [terminal Porto de Sines]
Datas de produção:	1983-07-00 / 1983-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	PRC Harris Inc. Consulting Engineers
Dimensão e suporte:	1 f. (605 x 855mm); papel
Âmbito e conteúdo:	<p>Projecto para o terminal do porto de Sines (edifícios e infra-estrutura) com alterações a serem implementadas por fases, ao longo dos anos. Cada plano identifica várias fases do projecto e respectivos anos de implementação.</p> <p>Fig. n.º 1.3.1. Escala: 1:5000</p> <p>Contém iniciais do desenhador: R.C. Legenda: na zona de preenchimento destinada ao autor intelectual, no elemento "Arquivo técnico de desenhos", é apresentada a seguinte informação: Classificação: 01.07/HHC 20.042/P Cota: Gav.5 A-H</p>
Idioma e escrita:	Português, inglês
Notas:	Nota ao elemento de informação Título: apresenta o seguinte título formal: "Master plan, phase 1A-1986, revision 1."
Data da descrição:	2012-04-26 15:45:43
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 16:24:18
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4722/13481
Tradição documental:	Cópia

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000028

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000028
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral, fase 1A-1986, revisão 1. [terminal Porto de Sines]
Datas de produção:	1983-07-00 / 1983-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	PRC Harris Inc. Consulting Engineers
Dimensão e suporte:	1 f. (625 x 870mm); papel
Âmbito e conteúdo:	<p>Projecto para o terminal do porto de Sines (edifícios e infra-estrutura) com alterações a serem implementadas por fases, ao longo dos anos. Cada plano identifica várias fases do projecto e respectivos anos de implementação. Legendado.</p> <p>Fig. n.º 1.3.1. Escala: 1:5000</p> <p>Contém iniciais do desenhador: R.C. Legenda: na zona de preenchimento destinada ao autor intelectual, no elemento "Arquivo técnico de desenhos", é apresentada a seguinte informação: Classificação: 01.07/HHC 20.48/P Cota: Gav.5 H</p>
Idioma e escrita:	Português, inglês
Notas:	Nota ao elemento de informação Título: apresenta o seguinte título formal: "Master plan, phase 1A-1986, revision 1."
Data da descrição:	2012-04-26 15:54:54
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 16:24:50
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4722/13481
Tradição documental:	Cópia

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000029

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000029
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral, fase 1B-1987, revisão 1. [terminal Porto de Sines]
Datas de produção:	1983-07-00 / 1983-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	PRC Harris Inc. Consulting Engineers
Dimensão e suporte:	1 f. (625 x 870mm); papel
Âmbito e conteúdo:	<p>Projecto para o terminal do porto de Sines (edifícios e infra-estrutura) com alterações a serem implementadas por fases, ao longo dos anos. Cada plano identifica várias fases do projecto e respectivos anos de implementação. Legendado.</p> <p>Fig. n.º 1.3.2. Escala: 1:5000</p> <p>Contém iniciais do desenhador: R.C. Legenda: na zona de preenchimento destinada ao autor intelectual, no elemento "Arquivo técnico de desenhos", é apresentada a seguinte informação: Classificação: 01.07/HHC 20.049/P Cota: Gav.5 H</p>
Idioma e escrita:	Português, inglês
Notas:	Nota ao elemento de informação Título: apresenta o seguinte título formal: "Master plan, phase 1A-1986, revision 1."
Data da descrição:	2012-04-26 16:09:57
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 16:25:13
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4722/13481
Tradição documental:	Cópia

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000030

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000030
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral, fase II-1990, revisão 1. [terminal Porto de Sines]
Datas de produção:	1983-07-00 / 1983-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	PRC Harris Inc. Consulting Engineers
Dimensão e suporte:	1 f. (625 x 870mm); papel
Âmbito e conteúdo:	<p>Projecto para o terminal do porto de Sines (edifícios e infra-estrutura) com alterações a serem implementadas por fases, ao longo dos anos. Cada plano identifica várias fases do projecto e respectivos anos de implementação.</p> <p>Introduz soluções para área de armazenamento. Legendado.</p> <p>Fig. n.º 1.3.3. Escala: 1:5000</p> <p>Contém iniciais do desenhador: R.C. Legenda: na zona de preenchimento destinada ao autor intelectual, no elemento "Arquivo técnico de desenhos", é apresentada a seguinte informação: Classificação: 01.07/HHC 20.050/P Cota: Gav. 5 H</p>
Idioma e escrita:	Português, inglês
Notas:	Nota ao elemento de informação Título: apresenta o seguinte título formal: "Master plan, phase II-1990, revision 1."
Data da descrição:	2012-04-26 16:23:07
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 16:25:41
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4722/13481
Tradição documental:	Cópia

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000031

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000031
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral, fase III-1993, revisão 1. [terminal Porto de Sines]
Datas de produção:	1983-07-00 / 1983-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	PRC Harris Inc. Consulting Engineers
Dimensão e suporte:	1 f. (625 x 865mm); papel
Âmbito e conteúdo:	<p>Projecto para o terminal do porto de Sines (edifícios e infra-estrutura) com alterações a serem implementadas por fases, ao longo dos anos. Cada plano identifica várias fases do projecto e respectivos anos de implementação.</p> <p>Introduz soluções para área de armazenamento. Legendado.</p> <p>Fig. n.º 1.3.4. Escala: 1:5000</p> <p>Contém iniciais do desenhador: R.C. Legenda: na zona de preenchimento destinada ao autor intelectual, no elemento "Arquivo técnico de desenhos", é apresentada a seguinte informação: Classificação: 01.07/HHC 20.051/P Cota: Gav. 5 H</p>
Idioma e escrita:	Português, inglês
Notas:	Nota ao elemento de informação Título: apresenta o seguinte título formal: "Master plan, phase III-1993, revision 1".
Data da descrição:	2012-04-26 16:39:33
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 16:26:04
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4722/13481
Tradição documental:	Cópia

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000032

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000032
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Plano geral, fase IV-futuro, revisão 1. [terminal Porto de Sines]
Datas de produção:	1983-07-00 / 1983-07-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	PRC Harris Inc. Consulting Engineers
Dimensão e suporte:	1 f. (625 x 850mm); papel
Âmbito e conteúdo:	<p>Projecto para o terminal do porto de Sines (edifícios e infraestrutura) com alterações a serem implementadas por fases, ao longo dos anos. Cada plano identifica várias fases do projecto e respectivos anos de implementação.</p> <p>Introduz soluções para área de armazenamento. Legendado.</p> <p>Fig. n.º 1.3.5. Escala: 1:5000</p> <p>Contém iniciais do desenhador: R.C. Legenda: na zona de preenchimento destinada ao autor intelectual, no elemento "Arquivo técnico de desenhos", é apresentada a seguinte informação: Classificação: 01.07/HHC 20.052/P Cota: Gav. 5 H</p>
Idioma e escrita:	Português, inglês
Notas:	Nota ao elemento de informação Título: apresenta o seguinte título formal: "Master plan, phase IV-future, revision 1."
Data da descrição:	2012-04-26 16:51:34
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 16:26:26
Modificado por:	ssantos
Cota actual:	22/GAS-4722/13481
Tradição documental:	Cópia

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000033

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000033
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Perfil N.º 1 e 2: gráfico de barras [Estudo de ordenamento da zona ecológica especial]
Datas de produção:	1980-06-00 / 1980-06-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	Grandvaux Barbosa, engenheiro agrónomo.
Autor material:	Mónica Beirão, desenhadora.
Dimensão e suporte:	1 f. (530 x 840mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Representação gráfica de cobertura e distância de algumas espécies arbustivas ao longo dos transectos. Empresa: Prof. Caldeira Cabral Associados Estudos e Projectos LDA. Desenho n.º 13.839.
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-27 15:18:46
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-18 16:18:21
Modificado por:	ssantos
Cota original:	13.839
Cota actual:	22/GAS-4731/13490
Tradição documental:	Cópia
Assinaturas:	Assinaturas do engenheiro agrónomo Grandvaux Barbosa e da desenhadora Mónica Beirão.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000037

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000037
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Perfil N.º 1 e 2: espécies arbustivas [Estudo de ordenamento da zona ecológica especial]
Datas de produção:	1980-06-00 / 1980-06-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	Grandvaux Barbosa, engenheiro agrónomo.
Autor material:	Mónica Beirão, desenhadora.
Dimensão e suporte:	1f. (595 x 1050mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Perfil de terreno com levantamento de espécies arbustivas. Empresa: Prof. Caldeira Cabral Associados Estudos e Projectos LDA. Desenho n.º 13.841
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-04-27 16:06:27
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-19 14:34:56
Modificado por:	ssantos
Cota original:	13.841
Cota actual:	22/GAS-4731/13490
Tradição documental:	Cópia
Assinaturas:	Assinaturas do engenheiro agrónomo Grandvaux Barbosa e da desenhadora Mónica Beirão.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000043

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000043
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Precipitação semestre chuvoso (Out. a Março) [Estudo de ordenamento da zona ecológica especial]
Datas de produção:	1980-05-00 / 1980-05-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	Prof. Caldeira Cabral Associados Estudos e Projectos LDA.
Autor material:	E. Martins Ramón, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (850 x 610mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Desenho n.º 13.757. Identificação 383/ Escala 1:25000.
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-05-02 14:00:54
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-18 17:21:02
Modificado por:	ssantos
Cota original:	13.757
Cota actual:	22/GAS-4729/13488
Tradição documental:	Cópia
Tipologia documental:	Mapa climático
Assinaturas:	Assinatura do desenhador E. Martins Ramón.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000050

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000050
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Análise física: aptidão agrícola dos solos Lagoa de Santo André [Estudo de ordenamento da zona ecológica especial]
Datas de produção:	1980-05-00 / 1980-05-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	Professor Caldeira Cabral Associados Estudos e Projectos LDA.
Dimensão e suporte:	1 f. (650 x 895mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Solos tipo A, B, Ch na localidade representada. Desenho n.º 13.778, folha 140/125, figura 1. Identificação 383/AS Escala 1:10000
Idioma e escrita:	Português
Data da descrição:	2012-05-03 14:53:43
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-19 14:40:29
Modificado por:	ssantos
Cota original:	13.778
Cota actual:	22/GAS-4732/13491
Tradição documental:	Cópia
Tipologia documental:	Carta agrícola

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000080

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000080
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Monte do Areal instalações pecuárias: Planta de Localização
Datas de produção:	1980-00-00 / 1980-00-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	Profabril - Centro de Projectos S.A.R.L.
Autor material:	António Paixão, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (420 x 595mm); papel
Âmbito e conteúdo:	Enquadrado no projecto para a Cidade Nova de Santo André. Representa Núcleos A, B e C. Original sobre matriz de cópia. O desenho possui dois números: n.º 101765 e n.º 193950, atribuídos, respectivamente, pelo Gabinete da Área de Sines e pelo autor intelectual. Folha 1. Serviço: Departamento de Projecto do Centro Urbano (D.P.C.U.) Trabalho n.º 21120 Escala 1:1000
Idioma e escrita:	Português
Notas:	Nota ao elemento de informação Datas de Produção: a data é inferida visto que o documento não se encontra datado. A inferência da década de produção deu-se pela consulta de unidades arquivísticas relativas ao mesmo projecto, ou seja, c.1980.
Data da descrição:	2012-05-04 17:20:18
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-11 12:13:23
Modificado por:	ssantos
Cota original:	101765
Cota actual:	22/GAS-4979/13738
Tradição documental:	Original
Marcas:	Possui logotipo da empresa Profabril - Centro de Projectos S.A.R.L.
Inscrições:	Ozalid 1765 na etiqueta da legenda.
Assinaturas:	Assinatura do desenhador António Paixão, da verificação e aprovação.

Registo de descrição

PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000085

Nível de descrição:	D
Código de referência:	PT/ADSTB/AC/GAS/11-5/009/000085
Código do país:	PT
Código do repositório:	ADSTB
Repositório:	Arquivo Distrital de Setúbal
Título:	Monte do Areal instalações pecuárias- Núcleo A: plantas- alçados e corte
Datas de produção:	1980-00-00 / 1980-00-00
Publicado:	Não
Revisto:	Não
Nome produtor:	Profabril Centro de Projectos S.A.R.L.
Autor material:	J. David, desenhador.
Dimensão e suporte:	1 f. (600 x 840mm); papel vegetal
Âmbito e conteúdo:	Enquadrado no projecto para a Cidade Nova de Santo André. Representa alçado nascente, sul, poente, norte, r/chão, cobertura e corte A:B. Contém localização esquemática dos núcleos A, B e C. O desenho possui dois números: n.º 101767 e n.º 183952, atribuídos, respectivamente, pelo Gabinete da Área de Sines e pelo autor intelectual. Serviço: Departamento de Projecto do Centro Urbano (D.P.C.U.) Folha 3. Trabalho n.º 21120 Escala 1:100
Idioma e escrita:	Português
Notas:	Nota ao elemento de informação Datas de Produção: a data é inferida visto que o documento não se encontra datado. A inferência da década de produção deu-se pela consulta de unidades de descrição relativas ao mesmo projecto, ou seja, c.1980.
Data da descrição:	2012-05-09 15:15:26
Criado por:	ssantos
Data última modificação:	2012-06-12 15:40:45
Modificado por:	ssantos
Cota original:	101767
Cota actual:	22/GAS-4979/13738
Tradição documental:	Original
Marcas:	Possui logotipo da empresa Profabril - Centro de Projectos S.A.R.L.
Inscrições:	Ozalid 1765 na etiqueta da legenda.
Assinaturas:	Assinaturas do desenhador J. David, da verificação e aprovação.
